

Quem disse ?

«A moção de confiança não é a resposta ao problema que se põe no País. O que está em causa é o restabelecimento pleno da relação de confiança entre eleitos. Isso exige clareza de posições».

António Guterres
Largo do Rato, 16 de Dezembro



Director António José Seguro • Director-adjunto Silvano Gomes da Silva
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/accao> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Obrigado Guterres



VOLTAR A GANHAR

Na sede do Largo do Rato já se viveram dias mais alegres, sobretudo noites mais felizes. As regras da democracia são estas mesmas, ora se ganha, ora se perde. Os sorrisos de actos eleitorais anteriores deram, na noite de 16 de dezembro, lugar ao semblante carregado. O PS tinha perdido as eleições autárquicas com derrotas inesperadas em Lisboa e no Porto. Abraços fortes ouviram-se em Évora e Loures onde o PS averbou duas das mais significativas vitórias, mas que não compensavam as fortes perdas registadas. Com a mudança verificada no mapa autárquico, o quadro político em que nos movíamos também se alterou, após o anúncio de demissão de António Guterres das funções de primeiro-ministro, na noite eleitoral, e de secretário-geral, na reunião conjunta do Secretariado Nacional e Comissão Política, da passada terça-feira. O País muito provavelmente irá a votos em 2002. Os socialistas vão para essa batalha de cabeça levantada e orgulhosos do trabalho realizado ao longo destes últimos seis anos pelo desenvolvimento e progresso, em todas as áreas e a todos os níveis. Com os portugueses a viverem muito melhor hoje do que quando o PS chegou ao poder em 1995, o novo rosto do PS está em condições de avançar para a disputa das legislativas em condições de as vencer.

Com a consciência da obra feita, o PS não deve, pois, temer o veredicto popular. As políticas seguidas nos últimos anos no equipamento, na cultura, na ciência, na solidariedade, na segurança social, no ambiente, no desenvolvimento rural, na educação, na habitação, entre tantas outras áreas, tornaram Portugal um país mais desenvolvido, mais justo, mais fraterno e mais próspero. Crescemos sempre acima da média comunitária, tal como era nosso objectivo, somos um país da zona euro, e temos sabido defender Portugal na Europa, como se viu aquando das negociações do Tratado de Nice.

O socialismo do futuro só agora começou. É para esse projecto que iremos trabalhar do ponto de vista teórico, o mesmo é dizer que a par da reafirmação ideológica, urge avançar com uma renovação programática adaptada ao século XXI. A reflexão no interior do PS e em toda a esquerda vai ter de acontecer agora. Mesmo com eleições à vista, quando o que mais conta são as propostas eleitorais, o debate é incontornável.

Entretanto, a hora é de mobilizar o partido, de acreditar que nada está perdido e, sobretudo, que é possível continuar a vencer a direita. O tempo acelerou enormemente e por isso impõe-se que a mobilização dos nossos militantes para



a campanha das autárquicas não se perca, antes pelo contrário, redobre para legislativas que aí vêm.

Os órgãos competentes do partido devem pronunciar-se nos próximos dias sobre a evolução da situação política, como é normal. Apesar da quadra natalícia que vivemos, a política não vai para férias. Nas próximas semanas as reuniões, encontros, almoços de trabalho, que darão muito que fazer aos jornalistas, é que definirão com rigor o que temos para fazer e que tempo temos para o executar, se queremos voltar a ganhar eleições.

Às bases será pedido um reforço de alma para a nova pugna eleitoral, e no horizonte amplo que nos é colocado, importa, acima de tudo, manter a unidade e a coesão do partido, apelar à militância e à camaradagem, e definir uma estratégia e um rumo que nos permitam dar a volta à situação.

SILVINO GOMES DA SILVA

GUTERRES: DEZ ANOS À FRENTE DO PS

Com a demissão de António Guterres das funções de secretário-geral do Partido Socialista chega ao fim um ciclo de dez anos marcado por seis triunfos eleitorais – entre os quais o melhor resultado de sempre, 43 por cento dos votos, obtido nas legislativas de 95 – e pela aposta no diálogo, na procura de consensos, num projecto de socialismo moderado e de união de todas as sensibilidades no interior do partido, representadas nos órgãos dirigentes e no governo.

O camarada António Guterres chega a secretário-geral do PS em Fevereiro de 1992, após um dos mais disputados congressos de sempre, batendo na corrida à liderança o actual Presidente da República, Jorge Sampaio.

Eleito líder do PS, aglutina à sua volta, quer no partido quer no governo, elementos de todas as tendências, desde sampaísta a soaristas, conseguindo o mais longo

período de pacificação e estabilidade da história do partido.

António Guterres, que desperta para a política ainda antes do 25 de Abril, em movimentos sociais católicos, inscreve-se, logo após a revolução, no PS pela mão de António Reis. Nos anos de brasa, destaca-se na luta que o PS trava contra o gonçalvismo e na dinamização da FAUL.

Em 1980, apoia a recandidatura de Eanes à Presidência da República e é um dos principais membros do grupo do «Ex-Secretariado», onde pontificavam, entre outros, Salgado Zenha, Vítor Constâncio e Jorge Sampaio, que entra em confronto com Mário Soares.

Em 1986, e após ter apoiado Mário Soares na corrida a Belém, e com Vítor Constâncio, seu antigo companheiro no «Ex-Secretariado» como secretário-geral do partido, volta à direcção do PS para assumir o importante e estratégico cargo de secretário da Organização.

Depois da demissão do actual governador do Banco de Portugal, apoia naturalmente Jorge Sampaio para a liderança, mas afasta-se do actual Presidente da República, após a derrota nas legislativas de 1991, em pleno apogeu do cavaquismo, criticando a estratégia da direcção do partido.

Assume-se então como o socialista melhor colocado para liderar o partido, ganha o Congresso de 1992, e na oposição vai tecendo uma estratégia de captação do eleitorado do centro, ganha credibilidade junto dos portugueses e da sociedade civil, promove os «Estados Gerais – para uma Nova Maioria», apresentando ao País um programa e nomes sonantes de personalidades disponíveis para governar, e desaloja o PSD do poder, com Cavaco a ser o primeiro a abandonar o barco laranja, com uma mão-cheia de tabus.

Uma cultura democrática e de permanente diálogo, de respeito por todos os órgãos de soberania, e uma profunda sensibilidade

social, em contraste com a visão tecnocrática e autoritária dos governos laranja, marcam de forma indelével a acção dos Governos de António Guterres.

Guterres lança um vasto conjunto de medidas inovadoras na área social, a mais emblemática das quais é rendimento mínimo garantido, coloca Portugal como um dos países fundadores da moeda única, garante um desenvolvimento contínuo e sustentado da nossa economia, executa uma política de rigor orçamental com consciência social, garante a sustentabilidade do sistema da Segurança Social, aposta na educação e na sociedade do conhecimento e informação, e dá continuidade a projectos como a Expo-98 e a ponte Vasco da Gama. São seis anos de progresso e de maior bem-estar para os portugueses, com particular atenção aos estratos mais desfavorecidos.

J. C. CASTELO BRANCO

GUTERRES DEIXA LIDERANÇA DO PS

Foi na reunião conjunta do Secretariado Nacional e da Comissão Política, da passada terça-feira, que António Guterres anunciou o abandono da liderança do PS. Esta decisão surge na sequência do seu pedido de demissão ao Presidente da República do cargo de primeiro-ministro, após os fracos resultados das últimas autárquicas que penalizaram o Partido Socialista, não tanto em número de votos, mas mais em número de presidências de câmara.

Dado o seu activo envolvimento na campanha eleitoral, o secretário-geral interpretou os resultados como penalizadores da sua própria pessoa. Logo na noite eleitoral em que anunciou ao País a sua decisão de se demitir de primeiro-ministro, deixou na breve declaração que então proferiu, uma enigmática frase que previa este desfecho. Ao declarar «não ter quaisquer ambições de natureza política», António Guterres emitiu o sinal exterior do que tencionava fazer relativamente à liderança do PS.

Na reunião de terça-feira, apesar das inúmeras intervenções pedindo-lhe que reconsiderasse, António Guterres mostrou-se determinado na sua decisão, profundamente reflectida, não por estar cansado ou farto, mas por sentir que se encontra desgastado perante a opinião pública e pela vontade de, com a sua demissão, dar «uma oportunidade para surgirem caras novas a protagonizarem um novo ciclo».

Confiante na capacidade do PS em se afirmar com um projecto renovado, e admitindo que «as coisas não estão fáceis», Guterres afirmou, à saída da reunião, que o PS «está mobilizado para disputar as próximas eleições gerais».

Escusando-se a adiantar qualquer nome para a sua sucessão, o demissionário secretário-geral afirmou não ter «uma visão monárquica» e que «terá de ser o partido a escolher o seu próximo líder».

Comissão Nacional marcada para sábado

Com o mais que previsível cenário de eleições antecipadas, é necessário tomar decisões rapidamente. Assim, foi convocada já para o próximo sábado, dia 22, uma reunião da Comissão Nacional, órgão máximo entre congressos, com o objectivo de proceder a alterações estatutárias que permitam a eleição de um novo secretário-geral no mais curto espaço de tempo e optar entre a realização de um congresso extraordinário ou a convocação de uma convenção.

O secretário-geral do PS é, nos termos estatutários, eleito por sufrágio universal



directo, pelo que os militantes terão de escolher o novo líder até à terceira semana de Janeiro, sendo que as candidaturas que vierem a apresentar-se deverão ser conhecidas nos últimos dias de Dezembro ou nos primeiros de Janeiro.

O sucessor de António Guterres deverá ter apenas de apresentar o seu programa eleitoral e não qualquer moção ao congresso. Se for o este sistema aprovado, o PS dispensa a realização de um congresso extraordinário electivo dos novos órgãos dirigentes, que teria necessariamente de se prolongar por várias semanas. Assim, em vez de um congresso, optar-se-ia pela realização de uma convenção de consagração do novo líder, que teria também a vantagem de obstaculizar ao surgimento de problemas internos, que sempre acontecem, em vésperas de eleições. O importante nesta fase, como sublinhou Jorge Coelho, é que o PS encontre em tempo útil «uma candidatura à liderança de grande unidade». Embora sublinhando que a hipótese não se coloca para já, João Soares, em declarações à Lusa, admitiu-se candidatar-se à liderança do PS «em circunstâncias excepcionais». Almeida Santos, presidente do partido, foi incumbido pelo Secretariado Nacional e Comissão Política, de fazer as diligências necessárias junto dos potenciais candidatos ao cargo de secretário-geral. Até ao fecho desta edição não eram conhecidos os resultados dessas

Comunicação Social, que avançou com os nomes de António Vitorino, Jorge Coelho, Ferro Rodrigues, José Sócrates e António Costa e Jaime Gama.

Presidente da República consulta partidos

O Presidente da República iniciou ontem o processo de consulta dos partidos políticos com assento parlamentar, tendo em vista a eventual convocação de eleições antecipadas.

Apesar deste cenário de dissolução do Parlamento e de convocação de eleições ser o mais provável, Jorge Sampaio pode, nos termos constitucionais, voltar a convidar o partido mais votado a formar novo executivo ou formar um governo de sua iniciativa.

Pelo Palácio de Belém passaram ontem os dirigentes do CDS/PP, do Bloco de Esquerda, o do Partido Ecologista «Os Verdes». Qualquer destes partidos não opôs à realização de eleições antecipadas. Hoje será a vez de Jorge Sampaio receber em audiência o PCP, o PSD e o PS. Sobre os resultados destas consultas nada podemos, obviamente, adiantar porque eles só serão conhecidos depois desta edição do «Acção Socialista» já estar impressa.

Depois de ouvir os partidos políticos, Sampaio terá ainda de consultar o Conselho de Estado para tomar a decisão sobre o caminho a seguir.

Última hora Gama avança para líder do PS

Em cima do fecho desta edição caiu a notícia de que Jaime Gama se disponibilizou para assumir a liderança do PS e disputar as próximas eleições legislativas.

Em declarações à Comunicação Social, o actual ministro dos Negócios Estrangeiros afirmou que esta sua candidatura tem em vista «reconciliar o PS com o País e dar uma nova vontade a Portugal».



VITÓRIAS SOCIALISTAS

A noite de 16 de Dezembro não foi o que a grande família socialista esperava, mas, apesar das perdas, o PS averbou nas autárquicas de domingo importantes vitórias, renovou a confiança em outros concelhos do País e conquistou «bastiões» à CDU e ao PSD. De entre os sucessos socialistas destaca-se a conquista de dois dos três novos municípios portugueses: Odivelas e Vizela.

Liderado por José Ernesto Oliveira, o projecto socialista conseguiu arrebatat a câmara de Évora a Abílio Fernandes, um «dinossauro» da CDU, objectivo longamente perseguido que simbolicamente compensa o PS da perda de Setúbal para os comunistas.

Na reacção à vitória da sua candidatura por Évora, o novo presidente da município eborense prometeu «muito trabalho», visando tornar a cidade «mais solidária» com os seus habitantes.

Como prioridades do novo Executivo camarário, José Ernesto apontou para as questões da qualidade da água, do desenvolvimento económico e do fomento da habitação.

Destaque-se que, com esta vitória, o PS subiu mais 11 por cento relativamente à candidatura da CDU.

No distrito de Évora, os socialistas somaram ainda vitórias sobre os comunistas no Alandroal e em Borba.

Mas foi em Beja que obtiveram maior sucesso ao conquistar sete das 14 câmaras do distrito, suplantando a coligação liderada pelos comunistas – até domingo passado a força política autárquica dominante no distrito.

Embora perdendo Almodôvar para um ex-comunista que concorreu como independente pelo PSD, o PS venceu a CDU em Barrancos (Nelson Bejano), Mértola (Pulido Valente), Vidigueira (António Mendonça) e Alvito (António Paiva).

Este sucesso do PS só é comparável com o obtido em Castelo Branco, o distrito natal de António Guterres.

Os socialistas passam de três para cinco câmaras, tantas como as com que ficou o PSD, que perdeu três das oito que detinha desde 1997.

O Partido Socialista conquistou Belmonte, Idanha a Nova, Sertã e Vila Velha de Ródão aos candidatos laranja. Conservou ainda a maioria de câmaras da Área Metropolitana de Lisboa, com nove dos seus 19 municípios.

Aos comunistas, principais «vítimas» deste sucesso, o PS conquistou a emblemática câmara do Barreiro, outrora considerado um bastião inexpugnável do PCR, mas que já nas autárquicas de 1997 tinha ficado ao alcance da mão socialista.

Ainda no distrito de Setúbal, o PS somou



ao Montijo a vizinha câmara de Alcochete, conquistada com maioria absoluta pela lista liderada por José Inocêncio.

Os socialistas conseguiram também conservar folgadoamente a câmara de Sesimbra que as sondagens chegaram a dar como estando ao alcance da CDU.

Mesmo no distrito de Lisboa, onde se perdeu a capital, Cascais e Sintra, o PS conquistou dois municípios – Loures (afastando a CDU) e Odivelas (uma das três câmaras que pela primeira vez foram a votos nestas eleições).

Em Vila Franca de Xira e na Amadora, tanto Maria da Luz Rosinha quanto Joaquim Raposo, vencedores em 1997 em detrimento da CDU, obtiveram a maioria absoluta.

A sul, no Algarve, a perda de três câmaras foi compensada pelo PS com as vitórias nas câmaras de Aljezur e Lagos.

Apesar da perda de um mandato, o PS conseguiu também o sucesso de revalidar a presidência da Câmara de Santarém. Os socialistas venceram a CDU ao conquistarem a câmara de Corruche.

No distrito de Coimbra, o PS reforçou a maioria absoluta que já detinha na Lousã, aumentando de cinco para seis os mandatos no executivo.

Viseu, o «cavaquistão», tornou-se um pouco mais laranja, mas os socialistas conseguiram pôr termo ao domínio do

único executivo monocolor do País, elegendo um vereador, e ainda conquistando a câmara de Resende a Brito de Matos, que governava o município para o PSD desde 1975.

Em Vila Real, a conquista para o PS da câmara de Murça ao PSD não chegou para compensar a perda de três dos sete municípios a que presidia no distrito (num total de 14).

Braga é um distrito onde o PS dará continuidade ao seu trabalho autárquico, mas, no contexto geral, o que prevalece a norte do Tejo é um sucesso relativo. Os socialistas conquistaram Amares ao PSD e venceram como era esperado em Vizela (Braga), onde se votou pela primeira vez.

PS mantém presidência da Junta Metropolitana de Lisboa

O Partido Socialista, apesar de ter perdido a edilidade alfacinha, manteve a presidência da Junta Metropolitana de Lisboa ao conquistar nove dos 19 municípios da Área Metropolitana.

Na Área Metropolitana de Lisboa (AML), o PS venceu nas autárquias de Alcochete, Loures e Barreiro, mantendo as presidências das câmaras da Azambuja, Amadora, Montijo, Sesimbra, Vila Franca de Xira.

Os socialistas ganharam ainda Odivelas,

que elegeu pela primeira vez os seus órgãos municipais.

Socialistas conquistam Viana do Castelo

O PS continua a ser a força dominante nas câmaras do distrito de Viana do Castelo (6), tendo perdido apenas a autarquia de Caminha para o PSD, enquanto a câmara de Ponte de Lima continuou nas mãos de Daniel Campelo (independente).

Os socialistas mantiveram as câmaras de Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira, Valença, Melgaço, Monção e Paredes de Coura, com maiorias absolutas.

Na capital de distrito, o Partido manteve a autarquia, com 51,18 por cento, uma subida ligeira face à votação de 1997 (48,97 por cento).

Em Vila Nova de Cerveira, o PS alcançou uma maioria absoluta de 63,40 por cento, contra os 61,26 conseguidos há quatro anos. Em Valença, a candidatura socialista desceu de 54,22 por cento para 43,59 nestas eleições, enquanto em Paredes de Coura teve uma ligeira baixa, caindo de 60,05 para 53,12 por cento.

Com uma pequena oscilação de valores na votação, o PS somou, em Melgaço, uns expressivos 71,29 por cento.

Em Moção, os socialistas conseguiram uma forte subida de 43,26 por cento para 71,88.

Portalegre: PS mantém distrito

O Partido Socialista manteve a liderança do distrito de Portalegre após as eleições autárquicas, embora tenha perdido três autarquias para o PSD, entre as quais a da capital de distrito.

Castelo de Vide e Sousel foram as outras câmaras a mudar de liderança nestas eleições, que deram no distrito 46,52 por cento ao PS, 22,21 por cento ao PSD, 19,71 por cento à CDU, 6,99 por cento à coligação PSD/CDS-PP, 0,59 por cento ao CDS-PP e 0,22 por cento ao MPT.

Nas eleições autárquicas do passado dia 16, os socialistas conseguiram ainda maioria absoluta em seis autarquias.

Socialistas arrecadam mais duas câmaras em Setúbal

O PS assegurou domingo a eleição de cinco presidentes de câmara no distrito de Setúbal, passando de três para cinco municípios de maioria socialista, num distrito que já foi totalmente dominado pelo Partido Comunista.

A derrota socialista em Setúbal foi atenuada pela conquista das câmaras de Grândola, Alcochete e Barreiro, o que levou o presidente da Federação Distrital do PS a fazer um balanço positivo dos resultados eleitorais, reconhecendo contudo a derrota socialista na capital de distrito.

Naquela que foi uma das maiores surpresas das eleições autárquicas no distrito de Setúbal, o Partido conquistou a câmara de Grândola com o projecto autárquico liderado pelo professor universitário e homem do 25 de Abril, Carlos Beato.

Também surpreendente terá sido a vitória socialista no concelho de Alcochete, onde o crescimento urbano provocado pela construção da nova ponte sobre o Tejo poderá ter baralhado as contas do comunista Miguel Boeiro, um dos «dinossauros» do poder comunista na margem Sul.

Em termos eleitorais foi uma reviravolta completa, com a maioria absoluta da CDU a passar para as mãos do novo presidente socialista, José Inocêncio, um empresário que é também o presidente da Comissão Política Concelhia do PS em Alcochete.

Mais ou menos esperada era a vitória socialista no Barreiro, onde há quatro anos a CDU tinha ganho apenas por pouco mais de uma escassa centena e meia de votos. O autor da proeza socialista foi o Engenheiro Químico Industrial Emídio Xavier, de 54 anos, que já tinha sido eleito vereador do PS na câmara do Barreiro nas autárquicas de 1993.

Amadora: «Absoluta» responsabilidade

O socialista Joaquim Raposo conseguiu maioria absoluta para o segundo mandato na Câmara da Amadora, segundo os resultados que dão como grande derrotada a CDU, perdendo o lugar de segunda força política para o PSD.

Em declarações à Imprensa, Joaquim Raposo considerou que a maioria absoluta traz «tranquilidade» ao executivo camarário,



bem como mais responsabilidade, já que o eleitorado «apostou forte» no projecto que o PS apresentou para o concelho.

«Agora não há desculpas, exige-se um trabalho mais acutilante, com um conjunto de vereadores que sejam eficazes em áreas vitais como os Espaços Verdes e a Higiene Urbana», disse Raposo.

Quanto aos derrotados CDU e PSD, o edil socialista está aberto ao diálogo para a nomeação de vereadores, esperando que se tornem numa oposição «construtiva e não destrutiva».

PS mantém Guarda e Seia

O distrito da Guarda não deu grandes alegrias ao PS, no sufrágio do passado domingo, dia 16.

O PSD, que já detinha a presidência em nove dos 14 concelhos do distrito, conquistou agora ao PS os municípios de Pinhel e de Gouveia, este presidido pelo PS desde as primeiras eleições autárquicas.

Apesar dos resultados desfavoráveis, o PS manteve o tradicional bastião da Guarda, ganho por Maria do Carmo Borges, que se recandidatou derrotando Ana Manso, do PSD.

O PS continuará também a presidir do município de Seia, onde se recandidatou ao cargo Eduardo Brito.

Vila Franca de Xira dá maioria absoluta ao PS

O Partido Socialista conquistou a maioria

absoluta em Vila Franca de Xira, alcançando cerca de 46 por cento dos votos contra 28 por cento da CDU.

Depois de há quatro anos Maria da Luz Rosinha ter derrotado um dos «dinossauros» da CDU, Daniel Branco, conseguiu domingo obter a maioria absoluta elegendo cinco vereadores, ficando a CDU apenas com três mandatos, e o PSD com um.

Em declarações aos jornalistas, a candidata socialista confessou ter estado na expectativa «quanto aos resultados» e agradeceu a confiança que a população do concelho depositou nela.

Como prioridades para os próximos quatro anos, Maria da Luz Rosinha destacou a requalificação do concelho e aposta na qualidade de vida.

PS «rouba» Amares ao PSD

O candidato do PS à Câmara de Amares, José Barbosa, assumiu, na noite de dia 16, a vitória com maioria absoluta numa câmara dominada há 12 anos pelo PSD.

«Esta é a vitória de todos os amarenses que querem o progresso da sua terra», disse, acrescentando: «Vamos já para a rua festejar, porque temos dados seguros sobre a vitória».

José Barbosa anunciou que o PS fica com quatro vereadores, o PSD com três e que o PP perdeu o vereador que tinha no actual executivo municipal.

O concelho de Amares era dominado há três mandatos consecutivos por Tomé Macedo (PSD), que se recandidatava ao cargo.

Felgueiras: Fátima fica

A candidata do PS à Câmara de Felgueiras, Fátima Felgueiras, disse, na sua sede de campanha, que o Partido tinha garantida a maioria absoluta na Câmara e Assembleia municipais.

«O povo está farto de questões laterais de que nada lhe servem, a resposta de Felgueiras é a resposta do povo», disse a autarca.

«Felgueiras vê hoje garantida na Câmara a continuidade do trabalho de uma equipa» acrescentou, concluindo de seguida que «o resultado de Felgueiras é uma resposta para o País».

Ribeira de Pena conquistada em recontagem

O PS de Ribeira de Pena foi proclamado vencedor das eleições autárquicas, no dia 18, com um voto de vantagem sobre a coligação PSD/PP.

Depois da recontagem dos votos, a Assembleia de Apuramento Geral considerou que o Partido Socialista foi vencedor.

Há indicações de que a coligação de direita pretende recorrer dos resultados apurados para o Tribunal Constitucional.

Ao confirmar-se a recontagem dos votos, o PS ficará com as autarquias de Ribeira da Pena, Montalegre, Santa Marta de Penaguião, Peso da Régua, Murça e Alijó, no distrito de Vila Real.

Resultado aquém das expectativas

O revés autárquico da noite de 16 de Dezembro saiu-se pela perda de importantes câmaras geridas por socialistas. Lisboa, Porto, Sintra e Cascais são disso um exemplo claro. Mas os socialistas também perderam em Faro, Setúbal, Coimbra, e Portalegre, só para falar nas capitais de distrito. No entanto, percentualmente, a quebra eleitoral foi de apenas quatro pontos o que, convenhamos, não corresponde à hecatombe, ao terramoto dos títulos da imprensa, nem à realidade dos acontecimentos com sociais democratas e populares que se apresentaram coligados em cerca de cinquenta concelhos.

Apesar do trabalho desenvolvido pelos autarcas socialistas, o eleitorado decidiu pela não renovação dos mandatos, em muitos concelhos do país. Cansaço com certas equipas camarárias e algum descontentamento com o governo, são as duas mais prováveis causas deste inesperado desaire. Porventura haverá outras razões, como a simples vontade de mudança, a explicarem o mau resultado. Mas, a verdade é que em democracia o povo tem sempre razão, isto apesar de termos a consciência da obra feita e do cumprimento das promessas eleitorais.

Sinceramente, o PS não merecia esta punição eleitoral, por exemplo, em Lisboa ou Sintra, para só abordar estes dois casos, onde o trabalho de João Soares e Edite Estrela é notório e está à vista de todos. Mercê das «guerras internas» e de processos eleitorais mal conduzidos, perdemos também os concelhos do Porto e de Famalicão. Se as sondagens já vinham indicando que em Coimbra ou Setúbal, o resultado não seria brilhante, nada faria supor que Faro, Albufeira, Lamego ou Portalegre mudassem de mãos.

Destas eleições pode concluir-se que um novo ciclo foi aberto e que o futuro político de Portugal está por decidir. Por isso, é ainda cedo para certas forças políticas cantarem vitória e exteriorizarem uma certa arrogância, que tem estado calada e escondida, quando o bom senso aconselha humildade e prudência.

O PS é um grande partido, com implantação nacional, habituado a vencer e a perder eleições porque esse é o jogo democrático. A alma socialista revela-se em toda a sua grandeza nos momentos mais difíceis e na actual conjuntura em que a oposição parece querer reerguer-se. A resposta só pode vir das bases, que em uníssono se mobilizarão para continuar a senda de progresso e desenvolvimento que Portugal tem conhecido nos últimos anos.

POLÍTICA

CÂMARA MUNICIPAL

Listas	Votos	%	Mand.	Pres.	Maior. Abs.	Nº Conc.
PS	1785206	34,14	809	110	95	295
PPD/PSD	1477311	28,25	755	139	131	268
PCP/PEV	555623	10,62	199	28	20	300
PPD/PSD.CDS-PP	467683	8,94	106	14	12	38
CDS-PP	194615	3,72	35	3	2	190
PPD/PSD-PPM	131135	2,51	8	1		1
PS-PCP/PEV	130279	2,49	8			1
GRUPO CIDADÃOS	81428	1,56	28	3	3	22
PPD/PSD-CDS-PPPPM	67094	1,28	10	1	1	2
B.E.	61733	1,18	6	1	1	70
PS/CDS-PP	25551	0,49	13			7
PCTP/MRPP	17538	0,34				22
MPT	11769	0,23	2			19
CDS-PPPPD/PSD	7880	0,15	6			3
UDP	5318	0,10				11
CDS-PP/PPM	4289	0,08	1			3
EH.	3019	0,06				7
CDS-PP/PS	2010	0,04	2			1
EN.R.	768	0,01				2
PPM	294	0,01				1
Inscritos	8701110			%		
Votantes	5229497			60,10		
Branços	114266			2,19		
Nulos	77677			1,49		

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Listas	Votos	%	Mand.	Maioria Abs.	Nº Conc.
PS	1780258	34,04	2632	67	294
PPD/PSD	1424329	27,23	2394	113	260
PCP/PEV	584393	11,17	703	16	300
PPD/PSD.CDS-PP	482132	9,22	395	14	41
CDS-PP	226536	4,33	238	2	167
PS-PCP/PEV	129852	2,48	24		1
PPD/PSD-PPM	124457	2,38	23		1
B.E.	80407	1,54	28	1	70
PPD/PSD-CDS-PPPPM	64430	1,23	40		2
GRUPO CIDADÃOS	58756	1,12	80	1	19
PS/CDS-PP	26174	0,50	40		7
MPT	11916	0,23	7		15
PCTP/MRPP	7863	0,15	1		8
CDS-PPPPD/PSD	6943	0,13	19		2
UDP	5800	0,11	2		11
CDS-PP/PPM	4425	0,08	3		3
CDS-PP/PS	2302	0,04	7		1
EN.R.	779	0,01			1
PPM	436	0,01			1
EH.	155	0,00			1
Inscritos	8701110			%	
Votantes	5230371			60,11	
Branços	129799			2,48	
Nulos	78229			1,50	

Concelhos	Apurados	300	Por Apurar	8
Freguesias	Apuradas	4232	Por Apurar	20

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

MANDATOS NAO ATRIBUIDOS	58					
PRESIDENCIA(S) NAO ATRIBUIDA(S)	8					
Listas	Votos	%	Mand.	Pres. Junta	Maioria Abs.	Nº Freg.
PS	1768665	33,87	13167	1523	1344	3564
PPD/PSD	1385082	26,53	12105	1643	1514	3064
PCP/PEV	585684	11,22	2469	231	165	2128
PPD/PSD.CDS-PP	426248	8,16	2097	208	178	538
GRUPO CIDADÃOS	230055	4,41	2383	307	270	691
CDS-PP	189880	3,64	974	80	58	1088
PS-PCP/PEV	132918	2,55	310	35	25	53
PPD/PSD-PPM	121259	2,32	266	18	11	53
PPD/PSD-CDS-PPPPM	60295	1,15	302	32	25	82
B.E.	57361	1,10	46	6	1	286
PS/CDS-PP	25583	0,49	112	2	2	35
MPT	7840	0,15	103	17	16	52
CDS-PPPPD/PSD	6966	0,13	67	8	7	18
UDP	5299	0,10	7			49
PCTP/MRPP	4961	0,10	1			27
CDS-PP/PPM	4714	0,09	4			36
CDS-PP/PS	2326	0,04	25	1	1	8
EH.	220	0,00				2
PPM	98	0,00	1			1
Inscritos	8701110			%		
Votantes	5221720			60,01		
Branços	120222			2,30		
Nulos	86044			1,65		

TOTAL NO PAÍS

MANDATO(S) NAO ATRIBUIDO(S)	AF	58				
PRESIDENCIA(S) NAO ATRIBUIDA(S)	JF	8				
RESUMO DE MANDATOS						
Listas	Presidentes			Mandatos		
	C.M.	J.F.	C.M.	A.M.	A.F.	
PPD/PSD	139	1643	755	2394	12105	
PS	110	1523	809	2632	13167	
PCP/PEV	28	231	199	703	2469	
PPD/PSD.CDS PP	14	208	106	395	2097	
GRUPO CIDADÃOS	3	307	28	80	2383	
CDS PP	3	80	35	238	974	
PPD/PSD CDS PP PPM	1	32	10	40	302	
PPD/PSD PPM	1	18	8	23	266	
B.E.	1	6	6	28	46	
PS PCP/PEV		35	8	24	310	
PS/CDS PP		2	13	40	112	
CDS PP PPD/PSD		8	6	19	67	
MPT		17	2	7	103	
CDS PP/PS		1	2	7	25	
CDS PP/PPM			1	3	4	
PH.						
PN.R.						
PCTP/MRPP				1	1	
PPM					1	
UDP					2	7
Total			1988	6636	34497	

QUALIDADE, DIFERENCIAÇÃO E COMPETITIVIDADE

Na última reunião do Conselho de Ministros, o Governo previu um investimento de 36 milhões de contos para consolidação do turismo, através de um plano e um programa de intervenção que visa a qualificação do sector, para os próximos três anos.

O programa aprovado pretende organizar, hierarquizar produtos, apostar no planeamento integrado ao nível nacional, regional e local, promover o cruzamento adequado com as políticas de ordenamento do território e definir critérios e regras de preservação ambiental.

Outras metas do programa passam pela aposta na qualificação dos recursos humanos e nas novas tecnologias, pela atribuição de uma especial atenção às micro e pequenas empresas e pelo fomento de redes e parcerias entre os vários agentes (parceiros públicos ou privados).

O turismo português, após uma fase de grande progressão no triénio 1998/2000, necessita, segundo o Executivo socialista, de «consolidar posições que lhe permitam encarar o futuro de forma segura, numa perspectiva de um turismo sustentável e de qualidade, com empresas modernas e competitivas».

Neste sentido, o Governo, na sua reunião de 13 de Dezembro, considerou importante posicionar o turismo nacional de forma correcta face a uma concorrência internacional acrescida, sendo para isso necessária a implementação de meios eficazes que potenciem o trinómio estratégico de desenvolvimento do sector definido pelo Governo – qualidade, diferenciação e competitividade.

Ao nível do enquadramento internacional, as perspectivas decorrentes da crescente globalização parecem claras. É patente um aumento da competição entre os vários produtos e destinos, sendo certo que os produtos turísticos também tendem para uma relativa padronização. Ao mesmo tempo, as grandes decisões do mercado estão a ficar concentradas num grupo cada vez mais restrito de grandes operadores, os quais actuam à escala europeia e até mundial.

Neste contexto, a existência de uma linha de actuação bem definida para o sector, a médio e longo prazo, é encarada como a única opção de trabalho para que seja possível minimizarem-se os riscos associados à incerteza do futuro – já perceptíveis em certos indicadores, com o da desaceleração da economia mundial, que se agravaram com os acontecimentos de 11 de Setembro – e à urgência de se reforçar a personalidade e identidade do destino Portugal, onde a potenciação da diversidade regional da oferta e a conciliação entre os produtos tradicionais e emergentes, revestem preponderância.



Eixos de intervenção

Complementarmente às opções estratégicas efectuadas no passado, onde se privilegiou uma actuação sobre a procura, o Governo visa agora concentrar os esforços na adequação da resposta por parte da oferta turística nacional, assente nos seguintes eixos de intervenção:

- Organização e hierarquização de produtos;
- Aposta no planeamento integrado ao nível nacional, regional e local;
- Cruzamento adequado com as políticas de ordenamento do território;
- Definição de critérios e de regras de preservação ambiental e de sustentabilidade;
- Desenvolvimento de um sistema integrado de qualidade;
- Fortalecimento e modernização do tecido empresarial;
- Particular atenção às micro e pequenas empresas;
- Qualificação dos recursos humanos do sector;
- Criação de cadeias de valor acrescentada na oferta de produtos;
- Fomento de redes e parcerias entre os vários agentes e parceiros públicos e privados;
- Aposta nas novas tecnologias.

Por outro lado, da sua concretização espera-se a atenuação ou a correcção de alguns traços dominantes da procura turística, sobretudo ao nível da sua qualificação média, da incidência sazonal, da dependência em relação aos grandes

operadores internacionais e da diversificação das origens.

A estratégia de implementação da política nacional de turismo para além da criação de instrumentos de apoio destinados sobretudo às empresas, necessita, em absoluto, de procedimentos decorrentes do planeamento integrado, os quais deverão corporizar acções consequentes e articuladas ao nível das várias regiões do país, privilegiando-se o apoio a iniciativas estruturadas em torno dos territórios enquadrados pelas áreas turístico promocionais – Porto e Norte de Portugal, Beiras, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, Madeira e Açores – e pelas áreas correspondentes às NUT II.

Visando gerar as condições que permitam incrementar a acção do Governo e da Administração para a prossecução dos objectivos definidos, foi também aprovado o Plano de Consolidação do Turismo, o qual integrará domínios complementares de intervenção, dirigidos para objectivos diversos mas perfeitamente aglutinados em torno de um programa global e coerente, com incidência plurianual e expressão regional ajustada.

Este plano inclui por um lado instrumentos de financiamento já existentes para o sector, designadamente o Programa Operacional de Economia (POE) e o Programa Nacional de Formação «Melhor Turismo», inserido no Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, a que se acrescenta agora o Programa de

Intervenções para a Qualificação do Turismo (Piqtur), para o qual está já assegurado o financiamento adequado.

Esta resolução vem fixar as regras gerais de enquadramento do Piqtur, dado que, quer o POE, quer o Programa «Melhor Turismo» dispõem já do necessário suporte normativo.

Turismo de natureza

O novo regime jurídico da instalação e do funcionamento dos empreendimentos de turismo no espaço rural foi outra área que mereceu regulação.

Este diploma vem transferir para os municípios o processo de licenciamento das casas e empreendimentos de turismo no espaço rural, dando assim continuação a um processo iniciado aquando da publicação dos decretos-lei que estabeleceram o regime jurídico da instalação e do funcionamento dos empreendimentos turísticos e dos estabelecimentos de restauração e de bebidas e continuado com a publicação do decreto-lei que regula o turismo de natureza. Do mesmo modo, a opção de atribuir às Direcções Regionais do Ministério da Economia as competências antes exercidas pela Direcção-Geral do Turismo resulta igualmente da necessidade de aproximar os centros de decisão das populações, permitindo assim uma resposta mais rápida e eficaz dos órgãos da administração pública.

APERTAR CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO DE PENSÕES

O Conselho de Ministros aprovou um decreto-lei que estabelece o princípio da suspensão do pagamento da pensão social de invalidez, a partir do momento em que o beneficiário exerça actividade profissional. Para explicar a decisão, o Governo invocou os «princípios constitucionais que consagram o desenvolvimento de uma política de reabilitação e integração das pessoas com deficiência».

Nesse contexto, o Executivo estabeleceu «o princípio da suspensão do pagamento da pensão social de invalidez, durante o período de exercício da actividade profissional, ou de duração de acção de formação profissional com atribuição de bolsa ou de subsídio».

No entanto, o pagamento das prestações da pensão social de invalidez é retomado «logo que ocorra a cessação dos factos que determinam a suspensão», sendo também assegurado ao beneficiário a «dispensa de nova avaliação de incapacidade para o trabalho».

O Conselho de Ministros aprovou também na quinta-feira um decreto lei que estabelece normas destinadas a assegurar a inscrição de entidades empregadoras no sistema de solidariedade e segurança social.

O diploma define também os critérios de gestão do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social ao nível dos processos



de cobrança e pagamento das contribuições e cotizações devidas à Segurança Social. Segundo o Governo, o decreto lei pretende definir as regras respeitantes à inscrição das entidades contribuintes no sistema de solidariedade e segurança social e visa «assegurar uma maior eficácia na gestão, pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, do processo e arrecadação das contribuições e cotizações sociais».

O Executivo prevê que o diploma irá também proporcionar um maior acompanhamento das entidades contribuintes, bem como uma simplificação de processos.

GOVERNO ENCERRA MAIS DOIS LARES CLANDESTINOS

O Governo está a apertar ainda mais o cerco aos lares de idosos clandestinos.

A Fiscalização da Segurança Social encerrou na semana passada mais dois lares para idosos em Lisboa «por não disporem de alvará de licenciamento e de condições mínimas de segurança».

Os dois estabelecimentos, situados na Rua das Trinas (freguesia da Lapa) e na Rua Luciano Cordeiro (freguesia do Sagrado Coração de Jesus) «funcionavam clandestinamente», tendo as brigadas de fiscalização verificado a «inexistência de condições mínimas de bem-estar, higiene e conforto».

O lar da Rua Luciano Cordeiro funcionava numa cave «em mau estado de conservação, com deficientes acessos

interiores, quartos de reduzida dimensão e ventilação insuficiente», afirma uma nota do departamento de Fiscalização de Lisboa e Vale do Tejo.

O lar situado na Madragoa funcionava no primeiro e segundo pisos «com escadas de acesso íngremes, grave excesso de lotação e condições de higiene, quer das instalações quer dos idosos, muito deficientes».

Neste lar a última refeição era servida pelas 17.30 horas, mantendo-se os idosos sem comer até ao dia seguinte de manhã.

Dos 28 utentes que se encontravam nestes lares, sete foram entregues à família e 21 realojados pela Segurança Social em instituições particulares de solidariedade social.

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma resolução que cria o Plano de Consolidação do Turismo e o Programa de Intervenção para a Qualificação do Turismo (PIQTUR);
- Um decreto-lei que estabelece o novo regime jurídico da instalação e do funcionamento dos empreendimentos de turismo no espaço rural;
- Um decreto regulamentar que regula os requisitos mínimos das instalações e do funcionamento dos empreendimentos de turismo no espaço rural;
- Um diploma que altera o decreto-lei que aprova o regime jurídico da instalação e do funcionamento dos empreendimentos turísticos destinados à actividade do alojamento turístico;
- Um diploma que altera o decreto-lei que regula o turismo de natureza;
- Um diploma que altera o decreto que regula os parques de campismo públicos;
- Um diploma que altera o decreto-lei que aprova o regime jurídico da instalação e do funcionamento dos estabelecimentos de restauração e de bebidas;
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 464/80, de 13 de Outubro, que estabelece novos moldes às condições de acesso e de atribuição da pensão social e o decreto-lei, que define a situação dos formandos, ainda que portadores de deficiência, de acções de formação profissional e dos trabalhadores deficientes em regime de emprego protegido, perante os regimes de Segurança Social;
- Um decreto-lei que estabelece normas destinadas a assegurar a inscrição das entidades empregadoras no sistema de Solidariedade e Segurança Social e a gestão, pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, do processo de cobrança e pagamento das contribuições e cotizações devidas à Segurança Social;
- Um decreto-lei que cria uma garantia pessoal de Estado consubstanciada num regime de protecção relativamente aos riscos de guerra e terrorismo na área dos transportes aéreos, assumindo o Estado Português a responsabilidade pela indemnização a terceiros no caso da ocorrência de sinistro;
- Um decreto-lei que aprova o Regulamento das Emissões Sonoras para o Ambiente do Equipamento para Utilização no Exterior, transpondo para o ordenamento jurídico interno a respectiva directiva comunitária;
- Uma resolução que determina que a conclusão do processo conducente à aprovação do Plano de Rede Nacional de Plataformas Logísticas compete ao Gabinete para o Desenvolvimento do Sistema Logístico Nacional;
- Um decreto-lei que autoriza a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, SA, a cunhar espécimes numismáticos em ouro da moeda de um escudo;
- Uma proposta de resolução que aprova o acordo entre Portugal e a Turquia sobre a promoção e a protecção recíprocas de investimentos, assinado em Lisboa, em 19 de Fevereiro de 2001;
- Uma resolução que aprova o projecto de emparcelamento do perímetro de Alfaielos;
- Uma resolução que exclui do aproveitamento hidroagrícola de Burgães prédios florestais num total de 52,2822 hectares;
- Uma resolução que desafecta do domínio público militar e integra no domínio privado do Estado parte do prédio militar n.º 65/Lisboa, designado Colégio de Campolide, no município de Lisboa.



SAÚDE

Humanização de centros com quatro milhões de contos

Uma «grande tentativa de humanização» dos centros de saúde vai contar com quatro milhões de contos, no âmbito de um projecto previsto para dois anos e que será debatido brevemente em Conselho de Ministros. O anúncio foi feito, no dia 15, em Lisboa, pelo ministro da Saúde, Correia de Campos, na sessão de encerramento do I Congresso da Ordem dos Enfermeiros.

Perante centenas de representantes daquela que é a «mais numerosa classe profissional» do sector, o governante salientou a necessidade de uma maior aposta na enfermagem dirigida à comunidade.

O enfermeiro, pela natureza das suas funções, é uma peça fundamental na saúde pública. E, por esse motivo, Correia de Campos considera que um dos principais desafios que o sistema em Portugal enfrenta nos próximos dez anos diz respeito ao reforço dos enfermeiros de saúde pública e à melhoria dos cuidados de saúde continuados (após situações de internamento ou urgência). Na sua intervenção, o ministro defendeu o incentivo à investigação na área da enfermagem, preconizando o alargamento das ofertas de pós-graduação e a criação de um regime de internato para doutoramentos em enfermagem.

«Acredito que vale a pena o Governo preocupar-se» com esta questão, sublinhou, suscitando aplausos na assistência. Segundo precisou o ministro, a formação de entre dez a 20 doutores em enfermagem por ano constitui uma expectativa razoável.

Evidenciando o grande conhecimento no terreno que só é possível a quem convive 24 horas com os doentes – ou seja, aos enfermeiros – Correia de Campos recorreu à ironia para fazer notar que só quem sente na pele aquilo por que passam os «doentes comuns» pode perceber o que deve ser feito para melhorar o sistema.



TRABALHO E FORMAÇÃO

Microcrédito: entidade promotora com 260 mil contos

«O Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) vai disponibilizar 260 mil contos nos próximos três anos para financiar a actividade da Associação Nacional para o Direito ao Crédito (ANDC)», afirmou, no dia 14, António d'Omelias.

O secretário de Estado do Trabalho e da Formação falava durante a sessão de assinatura do protocolo entre a ANDC e o IEFP mediante o qual este garante a cobertura de 80 por cento dos custos de financiamento da associação, sendo o restante assegurado por doações e contribuições dos sócios.

Para o secretário de Estado, a assinatura deste acordo corrobora a política social que desenvolvida pelo Governo nos últimos anos.

«O Governo tem desenvolvido uma profunda reforma do sistema social, através de um conjunto diversificado, e muitas vezes mal conhecido de medidas que significaram um aumento significativo do investimento público em iniciativas sociais», adiantou.

Segundo António d'Omelias, «o modelo social português ou o conjunto de políticas sociais já realizadas colocam-nos no caminho da convergência com os padrões europeus».

«Iniciativas como as da ANDC são fundamentais para completar o caminho da reforma social e activação da sociedade civil», concluiu.

AMBIENTE

Prioritário ordenamento da zona do Alto Douro

O Ministério do Ambiente dará total prioridade à criação do plano intermunicipal de ordenamento na zona do Alto Douro Vinhateiro, garantiu no dia 14, José Sócrates, congratulando-se com a classificação como Património da Humanidade.

«A encosta do Alto Douro vinhateiro é um dos cenários mais bonitos de Portugal», sublinhou o ministro do Ambiente, acrescentando que se sente «bastante orgulhoso» com a distinção. Contudo, para Sócrates a classificação do Alto Douro vinhateiro como Património da Humanidade representa também mais responsabilidades para os portugueses e para a região. «É uma sucessão de sucessos que em muito honrou o País», declarou o titular da pasta do Ambiente, que lembrou o anúncio feito recentemente da classificação do centro histórico de Guimarães também como Património Mundial.

Quanto às candidaturas a Património da Humanidade de Santarém, Vinha da Ilha do Pico e Marvão, agora apresentadas à Delegação Nacional da UNESCO, o ministro José Sócrates manifestou-se optimista quanto à sua aceitação.

«Todos foram processos muito bem conduzidos, mas estou particularmente encantado com a candidatura do Pico», admitiu.

TURISMO

Casinos: renovação de concessões rende 51,4 milhões de contos

A renovação das concessões dos casinos portugueses rendeu 51,4 milhões de contos ao Estado português, dos quais 30 milhões de contos com entrada imediata e o restante em dez prestações semestrais.

A garantia foi dada por Vítor Neto, que falava, sexta-feira, na cerimónia da prorrogação dos casinos do Estoril e da Póvoa de Varzim à Sociedade Estoril Sol, onde destacou que a renovação da concessão daquele rendeu 19,8 milhões de contos e a deste 11,7 milhões de contos.

Na sequência da assinatura dos contratos, o secretário de Estado do Turismo entregou a medalha de ouro de mérito turístico ao empresário Stanley Ho, que apresentou como uma personalidade reconhecida internacionalmente pelos seus méritos como empresário e com investimentos em Portugal há vários anos.

O governante sublinhou que a medalha entregue ao empresário chinês premeia a sua acção em prol do desenvolvimento turístico em Portugal e a sua ligação à economia portuguesa. Vítor Neto assinalou que a renovação dos contratos de concessão dos casinos portugueses revela que os concessionários cumpriram os compromissos que assumiram contratualmente e apresentaram propostas que o Governo considerou «justas e aceitáveis».

DEFESA

Munições obsoletas destruídas

As munições obsoletas das Forças Armadas Portuguesas poderão começar a ser destruídas em Janeiro, em Alcochete, depois de testado o equipamento de desmantelamento da unidade de Rego da Amoreira, revelou no dia 14, o Ministério da Defesa.

A fase de ensaio do equipamento da unidade da Indústria de Desmilitarização e Defesa (IDD) deverá estar concluída no final deste mês, prevendo-se que em Janeiro se inicie o desmantelamento das munições.

A unidade, instalada na antiga fábrica de explosivos Extra, em Rego da Amoreira, funcionará durante cinco a sete anos, período considerado necessário pelo ministério para desmontagem/reciclagem ou destruição do material de guerra fora de prazo armazenado nos paíais nacionais.

Numa primeira etapa, que decorrerá até 2003, serão desmanteladas 220 a 250 mil minas anti-pessoal.

De acordo com a IDD, sociedade anónima de capitais públicos, o processo de desmantelamento será efectuado por detonação/incineração.

PLANEAMENTO

Património mundial: ministério saúde Guimarães e Alto Douro

O Ministério do Planeamento congratulou-se, no dia 14, com as classificações pela UNESCO do centro histórico de Guimarães e do Alto Douro Vinhateiro como Património da Humanidade, considerando que a região vinícola reúne todas as condições para o desenvolvimento turístico.

Num comunicado quase integralmente dedicado ao Douro, emitido pelo gabinete da ministra Elisa Ferreira, é recordado o longo processo que deu origem à apresentação formal da candidatura na UNESCO, em 30 de Junho do ano passado.

Pela excelência da paisagem, sustentada na produção dos vinhos do Porto e Douro, o Alto Douro é visto pelo Ministério do Planeamento como uma região com todas as potencialidades para captar «um turismo cultural e um turismo de elevada qualidade».

«Esta classificação é uma janela de oportunidades para a região e vem dar continuidade à aposta que o Ministério do Planeamento tem vindo a fazer nesta região, nomeadamente à intervenção Acção Integrada de Base Territorial Douro», diz o documento.

Segundo o mesmo texto, o Alto Douro vinhateiro constitui o espaço mais representativo e melhor conservado da Região Demarcada do Douro.

A área abrangida pela classificação, anunciada, sexta-feira, em Helsínquia (Finlândia), compreende 24.600 hectares e representa cerca de um décimo do total da Região Demarcada do Douro.

O ministério destaca que a paisagem cultural do Alto Douro vinhateiro é uma obra combinada do Homem e da Natureza, «resultante de um processo multissecular de adaptação de técnicas e saberes específicos de cultivo da vinha em solos especiais que reúnem potencialidades para a produção de vinho de qualidade e tipicidade mundialmente reconhecidas».



INVESTIMENTO DE SEIS MILHÕES PARA AMADORA, LISBOA, PORTO E GONDOMAR

A Comissão Europeia aprovou um investimento de 5,9 milhões de contos (29,6 milhões de euros) para acções de reabilitação urbanística, social, económica e ambiental em Lisboa, Amadora, Porto e Gondomar até 2006. A verba a aplicar nos quatro municípios, inscrita no programa URBAN II, é assegurada em 3,8 milhões de contos (19,2 milhões de euros pela Comissão Europeia, cabendo o restante às autarquias, anunciou o Ministério do Planeamento.

Para a Amadora foram canalizados 1.020.210 contos (5.088.786 euros), para Lisboa 2.055.771 contos (10.254.143 euros) e para Porto-Gondomar 2.856.589 contos (14.248.606 euros). O objectivo da iniciativa comunitária URBAN II é promover estratégias inovadoras de revitalização socioeconómica em centros urbanos de pequena e média dimensão ou nos «subúrbios em crise» das grandes cidades.

Trata-se de mais um mecanismo a juntar ao Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa (PROQUAL), ao Programa de Valorização das Pequenas Cidades e ao POLIS, já em curso. Com a política de requalificação sócio-urbanística, o Ministério pretende «atenuar a oposição que se verifica entre um litoral densamente ocupado e um interior em desertificação».

Na Amadora serão feitas intervenções no problemático bairro da Cova da Moura, onde



residem 10.081 pessoas, numa zona abrangida por parte das freguesias da Damaia e da Buraca.

O programa prevê a criação de espaços verdes, destinados ao lazer e instalação de equipamentos de apoio socioeconómico e cultural.

Melhorar a integração no mercado de emprego e desenvolver iniciativas de auto-emprego ou criação de micro empresas, além de «contrariar a incidência crescente da toxicodependência», são outras prioridades definidas.

A medida visa ainda reduzir as elevadas taxas de abandono e insucesso escolar no bairro e valorizar a identidade cultural das comunidades

residentes.

Em Lisboa, está contemplada a área do antigo Casal Ventoso que abrange parcialmente as freguesias de Alcântara, Prazeres e Santo Condestável, com uma população estimada em 20.050 pessoas.

Demolido o Casal Ventoso e substituído pelas urbanizações da Quinta do Cabrinha, Avenida de Ceuta Norte, Avenida de Ceuta Sul, Rua Maria Pia e Casal do Evaristo, a zona continua a apresentar «graves sintomas de exclusão social», agravados pelos problemas da toxicodependência e tráfico de droga.

Tendo em conta a melhoria da qualidade de vida dos habitantes e a preocupação de

promover a integração no mercado de emprego e de melhorar o desempenho escolar, serão desenvolvidas acções específicas por grupos etários e de risco.

Igualmente previsto está um conjunto de intervenções urbanísticas que melhore a imagem dos bairros, a qualificação da população e a promoção do associativismo e da solidariedade.

Para o Porto e Gondomar será desenvolvido um projecto conjunto nas zonas de São João de Deus e Triana, que cobre parte da freguesia de Campanhã e da de Rio Tinto, com 27.265 habitantes.

Os dois espaços contíguos foram reunidos no mesmo programa por apresentarem problemas comuns, ao nível de bairros sociais bastante degradados, consumo e tráfico de droga, degradação ambiental e arruamentos e espaços verdes «muito descuidados».

As áreas mais desfavorecidas serão dotadas de um espaço público qualificado e recuperados edifícios e equipamentos para funções sociais.

Igualmente previstas estão medidas para estimular o emprego e combater a toxicodependência.

«Pretende-se ainda criar condições para que os agentes educativos e associativos actuem como dinamizadores sociais, promovam a cidadania e a participação da população e fomentem a integração dos grupos mais desfavorecidos», lê-se num comunicado do gabinete de Elisa Ferreira.

REUNIÃO DA OMC IMPULSIONOU AVANÇOS NA REFORMA DA PAC

O eurodeputado socialista Carlos Lage salientou na sessão plenária de Estrasburgo a importância dos resultados da última reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) para os avanços na reforma da Política Agrícola Comum (PAC).

Segundo Carlos Lage, as negociações no capítulo da agricultura foram uma das mais importantes conquistas da recente reunião ministerial do Catar da OMC, uma vez que «ajudaram a desbloquear e a impulsionar uma reforma da PAC que, internamente, a União Europeia se revelava incapaz de realizar».

Ao intervir no debate sobre este tema que teve lugar no PE, Carlos Lage sublinhou ainda que a reunião de Doha se traduziu «num pequeno passo no caminho árduo de conciliar liberalismo e regulação».

Para o eurodeputado socialista, é necessário

«que o fenómeno da globalização contribua em definitivo para o progresso mundial e, em especial, para a redução da pobreza, da fome, da doença e da violência», acrescentando que sem valores de ética e justiça a globalização será sempre alvo de contestação, revolta e repúdio».

Carlos Lage realçou ainda a «difícil mas francamente positiva» actuação da UE nesta conferência e o reforço da diplomacia europeia em contribuir «para um bom resultado, para pôr fim à paralisação da OMC e para restaurar a credibilidade desta organização após o retumbante fracasso de Seattle».

Manuel dos Santos integra delegação do PSE

O eurodeputado socialista Manuel dos Santos integrou a delegação do Grupo

Parlamentar do Partido Socialista Europeu que no passado dia 7 se reuniu com o primeiro-ministro, António Guterres. Este encontro teve por objectivos estabelecer um diálogo directo como o Governo português sobre o futuro da Europa e as decisões a tomar na Cimeira de Laeken, e sensibilizar António Guterres para a escolha de uma personalidade oriunda da família socialista europeia como presidente da Convenção Europeia que procederá à preparação da próxima revisão dos Tratados.

Manuel dos Santos e Enrique Barón Crespo (presidente dos socialistas no PE) foram ainda recebidos na Assembleia da República pelos deputados da Comissão Parlamentar de Assuntos Europeus com quem mantiveram uma troca de pontos de vista sobre o papel a desempenhar pelos parlamentos nacionais na mobilização da

opinião pública europeia para o importante debate sobre as futuras reformas institucionais da UE.

Relatórios de Lage e Sérgio Sousa Pinto aprovados

Os relatórios dos eurodeputados socialistas Carlos Lage e Sérgio Sousa Pinto sobre o acordo de pescas UE/Cabo Verde e a uniformização dos modelos de vistos e autorizações de residência na União Europeia foram aprovados por larga maioria na sessão plenária de Estrasburgo do PE.

As propostas apresentadas pelos eurodeputados tocam domínios tão importantes como as políticas europeias de pescas e de emigração e asilo, precorrendo inovações significativas nestas áreas de acção da União Europeia.

NOVA ARQUITECTURA EUROPEIA EM CONSTRUÇÃO

António Vitorino esteve particularmente em evidência na cimeira de Laeken ao ser designado representante da Comissão à Convenção – o novo fórum de debate sobre o futuro da Europa –, pela aceitação das suas propostas nas áreas de justiça e segurança, e pelo acordo alcançado com a Itália relativamente ao mandato de captura europeu. Ao ter optado pelo sistema de Convenção, como sempre defenderam os socialistas portugueses, a Europa deu um passo frente na medida em que o desenho da nova arquitectura europeia será partilhado por deputados europeus e nacionais, representantes da Comissão, do Conselho, e observadores dos Estados candidatos. Ninguém fica de fora, é o método mais democrático e plural para as decisivas escolhas políticas que enformarão o nosso futuro comum de europeus.

António Guterres, que defendeu desde a primeira hora a existência de uma tróica, com um presidente e dois vice-presidentes, considerou que esta sua proposta aceite pelos Quinze foi determinante na solução de compromisso que foi encontrada e que permitiu ultrapassar as objecções à nomeação do antigo chefe de Estado francês, o centrista Giscard d'Estaing.

Sobre a decisão da criação da Convenção, que vai discutir a reforma das instituições europeias, recorde-se que enquanto deputado ao Parlamento Europeu, o actual director do «Acção Socialista» e ministro-adjunto do primeiro-ministro, foi responsável pelo relatório do Parlamento Europeu sobre o pós-Nice que tratava destas matérias, e no qual se defendiam as propostas agora aprovadas.



O primeiro-ministro português marcou pontos em Laeken por não ter cedido na controversa questão da localização da sede da Agência de Segurança Marítima, cuja decisão final foi remetida para a próxima presidência semestral da União Europeia, e, mais uma vez, ter sabido conjugar os interesses nacionais com os delicados equilíbrios europeus.

Por outro lado, os líderes europeus chegaram ao acordo quanto ao reforço das medidas antiterrorismo, ao mandato de captura europeu e à lista de crimes que acaba com a dupla incriminação.

Estas matérias, que são da competência do comissário europeu António Vitorino, incluem ainda a cooperação entre os serviços secretos dos Quinze e a consagração de novas medidas mais apertadas de segurança aérea.

Adiada ficou a decisão dos Quinze sobre a política comum de asilo e imigração, tendo sido a Comissão mandatada para apresentar uma nova directiva até Junho de 2002.

A guerra aberta no Médio Oriente a par da situação no Afeganistão e nos Balcãs Ocidentais, o panorama geral de violência com desajustes de guerra e emigração clandestina em pano de fundo, a insuficiência da ajuda

humanitária, tiveram também respostas em Laeken.

Sobre o conflito israelo-palestino, os líderes europeus enviaram sinais claros a Telavive, considerando que Yasser Arafat não pode ser política e diplomaticamente marginalizado, sob pena de deixar de haver interlocutor e do conflito aberto evoluir para uma guerra generalizada a toda a região (ver caixa).

Quinze apelam para «não enfraquecer» Yasser Arafat

Os chefes de Estado e de Governo da União Europeia aprovaram uma declaração sobre a crise israelo-palestina, na qual consideram que a posição de Yasser Arafat não deve ser enfraquecida.

«Para negociar e para erradicar o terrorismo tal como para construir a paz, Israel precisa do parceiro que é a Autoridade Palestiniana e do seu presidente eleito, Yasser Arafat», afirmam os Quinze no documento.

«A sua capacidade de combater o terrorismo não deve ser enfraquecida», acrescentam, antes de apelar à Autoridade Palestiniana «tudo fazer a fim de impedir os actos de terror».

Os chefes de Estado e de Governo da UE dirigem-se nomeadamente ao primeiro-ministro israelita, Ariel Sharon, que decidiu quinta-feira cortar todos os contactos com Arafat depois de um atentado palestino na véspera contra colonos na Cisjordânia.

A sua mensagem responde também às exortações dos Estados Unidos, que pediram aos europeus para não receberem Arafat a fim de o pressionar a agir contra os terroristas.

Retomando uma declaração dos ministros dos Negócios Estrangeiros da UE, aprovada a 10 de Dezembro, os dirigentes europeus reiteram o seu apelo à Autoridade Palestiniana para desmantelar «as redes terroristas do Hamas e da Jihad Islâmica».

A Israel, os chefes de Estado e de Governo pedem «a retirada das suas forças militares e o fim das execuções extrajudiciais, o levantamento dos bloqueios e das restrições impostas ao povo palestino e o congelamento» de novos colonatos.

Os Quinze consideram «útil e urgente» uma «acção concertada entre a União Europeia, as Nações Unidas, os Estados Unidos e a Federação da Rússia, assim como os países árabes mais interessados».

PORTUGAL ALCANÇA OBJECTIVOS NA ÁREA DAS PESCAS

Portugal alcançou praticamente todos os objectivos na mais longa maratona negocial de sempre dos ministros das Pescas dos Quinze realizada em Bruxelas. Naturalmente satisfeito com os resultados alcançados para as pescas portuguesas, o ministro Capoulas Santos teve duras críticas a Durão Barroso, que acusou de ter tido uma «postura imprópria» em relação a este assunto.

No final da ronda negocial, que durou cerca de 25 horas, os Quinze chegaram finalmente a acordo sobre as quotas de pesca a atribuir a cada Estado-membro.

«Face aos resultados desta negociação gostaria de questionar publicamente o líder do PSD, Durão Barroso que, na semana que antecedeu o acto eleitoral, agitou como arma política, de uma forma que considero absolutamente demagógica e irresponsável, o fantasma de reduções catastróficas que punham em causa a actividade piscatória em

Portugal», afirmou o ministro no final da reunião dos Quinze.

Capoulas Santos, que manifestou «satisfação por terem sido atingidos praticamente todos os objectivos», fez ainda questão de «tranquilizar os pescadores e os armadores e denunciar publicamente a postura imprópria para um estadista que aspira a responsabilidades que não me parecem que estejam de acordo com a sua prática política quotidiana».

Das 17 espécies submetidas a totais admissíveis de captura (TAC) e quotas, Portugal vê aumentar os níveis de captura de 14 espécies, ficando apenas penalizado em três.

Assim, das 3000 toneladas capturadas actualmente, Portugal passará no próximo ano a pescar 2879 toneladas.

As outras quebras registam-se em espécies consideradas «insignificantes» pelo responsável das pescas português, nomeadamente, o areeiro (que passa de 130 para 123 toneladas) e a juliana (que passa de 38 para 15 toneladas).

A sardinha - que representa 40 por cento das

capturas de Portugal - ficou a salvo de qualquer aplicação de TAC por parte da Comissão Europeia.

Segundo Capoulas Santos, «isso tem sido possível através da aplicação de medidas restritivas nacionais e de uma boa gestão de recursos em conjunto com os pescadores e os armadores».

Quanto ao bacalhau, outra importante espécie para Portugal e alvo de severas restrições por parte do executivo comunitário, o aumento de cinco por cento registado em 2001 foi consolidado para o próximo ano, ficando o país com uma quota de 3625 toneladas.

Salvaguardados ficam ainda os níveis de captura do biqueirão e da sarda, espécies importantes para troca por pescada com França e Espanha.

«Penso que os resultados obtidos permitiram que as quotas obtidas para o próximo ano se situem praticamente todas acima dos níveis de captura da frota portuguesa e, como tal, não porão em causa a actividade económica e a reconstituição dos stocks de pesca», considerou Capoulas Santos.

A principal razão para a mais longa maratona negocial de sempre dos ministros das Pescas da União Europeia deveu-se ao surgimento de uma «minoria de bloqueio», essencialmente composta pelos países do Sul, entre os quais Portugal, que defendeu a indissociabilidade entre a negociação dos TAC e quotas e os fundos estruturais para a modernização da frota.

A Comissão considera que a frota comunitária é duas vezes superior ao necessário para capturar os peixes existentes, pretendendo reduzir o esforço de pesca ao limitar a concessão de auxílios aos navios.

A solução de compromisso entre os Estados-membros, a presidência belga e o executivo comunitário passou, assim, pelo prolongamento dos fundos estruturais para a modernização da frota até 30 de Junho de 2002.

A solução passa ainda pelo compromisso dos Quinze em procurarem, no futuro, desenvolver esforços no sentido de ajustar a frota aos recursos, de modo a que as ajudas comunitárias não se traduzam num aumento do esforço de captura de peixe.

PROSSEGUE CONSTRUÇÃO DA BIBLIOTECA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A criação de uma Biblioteca de Ciência e Tecnologia em rede à escala nacional vai prosseguir. Nesta altura procede-se à inventariação das assinaturas de revistas científicas internacionais existentes com editores científicos internacionais, tendo em vista um futuro protocolo.

«Esta forma foi possível traçar o perfil do consumo português, faltando agora um processo de negociação com cada um dos principais editores mundiais para assegurar assinaturas colectivas para o País dessas publicações, quer seja em papel, *cd rom* ou *on-line*», disse.

As afirmações foram proferidas durante a apresentação oficial daquele que foi considerado pelo ministro da Ciência e da Tecnologia como o primeiro passo para a criação desta biblioteca, a disponibilização das bases de dados e da plataforma de pesquisa *on-line* do Institute for Scientific Information (ISI) à comunidade científica portuguesa.



«Este é o passo seguinte da construção mas não acaba aqui, faltando depois o cruzamento com as bibliotecas científicas e as bibliotecas nacionais, a localização de artigos e revistas, um trabalho que também está em curso», acrescentou.

As bases de dados bibliográficas produzidas

pelo ISI, sediado em Filadélfia, Estados Unidos, são, segundo a generalidade da comunidade científica mundial e organismos internacionais como a OCDE, o maior e mais completo recurso de inventariação e catalogação da produção científica publicada nas principais revistas de todos os domínios científicos.

Na generalidade, a base destina-se a ser utilizada pelos investigadores afectos ao ensino superior público e privado, aos Laboratórios do Estado e Laboratórios Associados e outras instituições científicas.

O Observatório de Ciência e Tecnologia (OCT) fica responsável pelo registo dos formulários das entidades interessadas na subscrição deste serviço, que a partir de hoje (e até 31 de Janeiro de 2002) está acessível através do servidor de Internet do ISI.

A partir do momento em que for registado o formulário, que se encontra na página do OCT (www.oct.mct.pt), estas passarão a estar ligadas em Intranet aos servidores da Fundação para a Computação Científica

Nacional (FCCN), cujos servidores vão alor as bases de dados.

Até agora, em Portugal existiam assinaturas individuais ou em consórcio de pequena parte destes produtos, envolvendo apenas algumas universidades.

Mariano Gago não adiantou o valor do investimento que representa esta assinatura, mas disse que é bem «mais vantajoso do que assinaturas de alguns serviços por algumas instituições».

A opção por uma assinatura nacional *on-line* pretende dotar todo o sistema de uma infra-estrutura de uso comum, rápida e acessível a partir de qualquer parte do território nacional, colocando todos os investigadores portugueses em situação equitativa e diminuindo os encargos públicos.

O acesso será imediato e gratuito para todas as instituições. No futuro, e para permitir a sustentabilidade do investimento, poderão vir a ser estudadas modalidades de comparticipação das instituições abrangidas nos custos da assinatura.

TROCAS COMERCIAIS

Portugal/Gabão

ASSINADO ACORDO DE COOPERAÇÃO

A promoção das trocas comerciais, industriais e técnicas entre empresas e organizações económicas de Portugal e do Gabão serão facilitadas pelo acordo de cooperação celebrado, segunda-feira, em Lisboa, entre os dois países.

O acordo foi assinado na sede da Associação Industrial Portuguesa (AIP) pelo ajunto do presidente desta organização, Luís Morales, e pelo ministro da Economia e Finanças gabonês, Emile Doumba, que se encontra em Lisboa no âmbito da visita oficial a Portugal do presidente do Gabão, Omar Bongo.

O documento compromete a AIP e a Câmara de Comércio, Agricultura, Indústria e Minas do Gabão no desenvolvimento das relações económicas entre os dois países.

Em declarações à Imprensa, Manuel de Jesus dos Santos, embaixador português no Gabão, mas residente em S. Tomé e Príncipe, afirmou que Portugal é o principal importador de madeira, um dos principais recursos económicos do país, a par do petróleo, tendo já ultrapassado, inclusivamente, a França. No entanto, as exportações portuguesas para aquele país do Golfo da Guiné são pouco significativas.

«Há, contudo, enormes potencialidades de investimento, sobretudo nas áreas da construção civil e de infra-estruturas», sublinhou o diplomata, lembrando que Portugal poderá, para obviar os custos de uma deslocação «dis-

pendiosa», «seducir» os trabalhos em S. Tomé. Nesse sentido, Luís Morales manifestou a vontade de, em breve, se realizar uma missão empresarial exploratória a Libreville, para analisar, *in loco*, as potencialidades de investimento.

Por seu lado, o ministro da Economia e Finanças gabonês, que estava acompanhado pelos seus homólogos das pequenas e Médias Empresas e do Turismo, apelou aos empresários portugueses para investirem no seu país, realçando a estabilidade política no Gabão.

Emile Doumba, que falava para cerca de uma dezena de empresários portugueses, destacou que o Gabão está a atravessar uma «mutação económica importante» e que há condições especiais para apoiar o investimento directo no país.

O ministro gabonês citou, a título de exemplo, o programa de privatizações previsto para 2002 e 2003, realçando que o sector das telecomunicações poderá ser uma aposta de Portugal, bem como o da aviação, já que está em curso a reestruturação da Air Gabon.

Neste último caso, os seis países que integram a Comunidade Económica da África Central (CEMAC) estão a ponderar a possibilidade de criar uma companhia de aviação regional, que contará com a participação da Lufthansa (alemã), estando aberta a outras propostas, sobretudo depois da falência da Sabena (belga).

DEFESA

Protocolo

FORÇA AÉREA TERÁ TRÊS AVIÕES «A400M»

Portugal vai investir 300 milhões de euros (60 milhões de contos) na aquisição de três aviões militares «A400M», cujo programa de construção e fornecimento foi assinado terça-feira, em Bruxelas, por oito países europeus.

O protocolo foi oficializado pelo ministro da Defesa, Rui Pena, à margem da reunião ministerial da NATO que começou terça-feira e terminou ontem, e pelos homólogos da Alemanha – que vai adquirir o maior número de aviões (73) –, França (50), Espanha (27), Reino Unido (25), Turquia (10), Bélgica (7) e Luxemburgo (1).

O futuro avião militar europeu, da empresa Airbus, destina-se a substituir os actuais «Hércules C-130» (norte-americanos) que equipam a generalidade das Forças Armadas do Velho Continente e visa eliminar um das grandes lacunas nas capacidades de defesa europeias: o transporte estratégico.

A participação do nosso país no programa desde a sua fase inicial, além de garantir a aquisição dos três aviões a um preço mais reduzido, significa igualmente o contributo de Lisboa para um dos mais importantes programas da indústria de armamento europeia dos próximos anos.

De acordo com os calendários de produção e entrega do total de 196 aviões, Portugal receberá dois em 2011 e o terceiro em 2012.



A Alemanha reafirmou há algumas semanas o seu empenho no programa, considerado essencial para a viabilidade da produção do «A400M», mas a Itália (que tinha encomendado 16 unidades) parece ter-se afastado nesta primeira fase – o que obrigará a repartir pelos restantes subscritores o esforço financeiro do projecto.

Contudo, o facto de o Governo alemão só ter verbas para adquirir 40 a 50 aviões e precisar do acordo do Parlamento para obter o dinheiro restante está a levantar interrogações entre o consórcio sobre as formas de compensar uma eventual recusa dos deputados alemães em aumentar a comparticipação financeira de Bona.

A viabilidade do programa exige uma produção de 150 aviões, de acordo com os estudos feitos.

PENSÕES

Nova fórmula de cálculo

SALÁRIOS BAIXOS E MÉDIOS SÃO BENEFICIADOS

As teses lançadas nos últimos tempos por alguns economistas de matriz neoliberal, segundo as quais a nova fórmula de cálculo das pensões iria gerar uma quebra das futuras reformas, são mera manipulação de números e não têm base de sustentação. Pelo contrário, as pensões médias dos novos pensionistas e as mais baixas irão crescer nos próximos 50 anos, em linha com a evolução salarial.

Segundo um estudo feito pelo «Público», que simulou a aplicação da nova regra de cálculo das pensões face à actual fórmula, tudo depende, essencialmente, do tipo de carreira salarial do beneficiário, de como evoluirá o salário real durante a sua vida activa e, ainda, de qual será a progressão do salário mínimo nacional. No fundo as críticas vindas a lume baseiam-



se, essencialmente, num olhar de uma forma diferente para a mesma realidade. Ligeiramente prejudicados são, sobretudo, os beneficiários de mais altos rendimentos,

que manipulam a pensão vigente, ao concentrar nos últimos dez anos as mais altas remunerações. Pelo contrário, a esmagadora maioria dos beneficiários são

beneficiados.

Reagindo às contas mal feitas de Abel Mateus, ex-administrador do Banco de Portugal, em artigo no «Diário de Notícias», Pedro Marques, coordenador da equipa técnica do Governo, sublinhou: «As pensões médias dos novos pensionistas continuarão a crescer nos próximos 50 anos, em linha com a evolução salarial».

Ainda segundo Pedro Marques, «a esmagadora maioria dos novos pensionistas de 2000 seriam beneficiados pela nova fórmula, ao contrário do que afirma Abel Mateus».

«Beneficiados em 28 por cento, os 25 por cento com pensões mais baixas, em dez por cento os 25 por cento seguintes e um por cento os do terceiro quartil», explicou. Independentemente da possível manipulação dos números por parte dos detractores do novo cálculo das pensões, há uma certeza irrefutável: as pessoas que ganham em torno do salário médio, e são a larga maioria, são beneficiadas com a nova fórmula.

ORÇAMENTO

RECEITAS DE IMPOSTOS DIRECTOS CRESCERAM

As receitas de impostos directos nos 11 primeiros meses de 2001 atingiram 1.958,8 milhões de contos, um aumento de um por cento, destacando-se um aumento de 6,9 por cento no IRS e uma quebra de 8,7 por cento no IRC.

A síntese de execução orçamental de Novembro, divulgada segunda-feira pelo Ministério das Finanças, mostra que no período em análise as receitas de impostos indirectos cresceram 4,4 por cento, para 2.757,7 milhões de contos, destacando-se os acréscimos de 10,4 por cento no imposto

de selo e de 5,2 por cento no IVA, que atingiu 1.679,3 milhões de contos.

As receitas do imposto automóvel foram as únicas a cair no cômputo dos impostos indirectos, baixando 0,5 por cento, para 220,9 milhões de contos.

As receitas de impostos (directos e indirectos) somaram 4.716,5 milhões de contos, representando 98,4 por cento do total da receita corrente (4.978,5 milhões de contos), a qual cresceu 3,8 por cento em relação à do mesmo período de 2000.

A redução, de 84,2 por cento, verificada nas

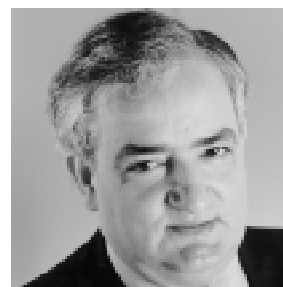
TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS

LISTA AFECTA A MANUEL DOS SANTOS VENCE ELEIÇÕES

O eurodeputado socialista Manuel dos Santos foi reeleito no dia 7 presidente da Mesa da Assembleia Geral da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.

Numas eleições marcadas por uma forte participação, a lista A, que integrou para além de Manuel dos Santos, o antigo deputado do PS António Domingues de Azevedo como presidente da direcção, recolheu 75,8 por cento dos votos expressos.

A Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas conta com mais de 68.000 membros inscritos, o que a torna a maior associação profissional, com poderes públicos delegados, do País.



IMPOSTOS

FISCALIZAÇÃO RECUPERA 121 MILHÕES DE CONTOS

A Direcção-Geral dos Impostos anunciou, no dia 17, que a inspecção tributária recuperou 344 milhões de contos às matérias colectáveis e detectou 121,1 milhões de contos de impostos em falta, entre Janeiro e Outubro.

Estas correcções foram conseguidas através de 140.933 acções de controlo fiscal. Dos 344 milhões de contos corrigidos à matéria colectável, 72 por cento respeitam ao imposto sobre o rendimento das

peçoas colectivas (IRC), 21 por cento ao imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) e sete por cento ao imposto sobre os produtos petrolíferos (ISP) e a outros.

Dos 121,1 milhões de contos de impostos detectados em falta, 83 por cento referem-se ao imposto sobre o valor acrescentado (IVA), nove por cento ao IRS, sete por cento ao IRC e um por cento ao ISP e a outros.

SANTA CASA

NOVA PROVIDORA

Gertrudes Jorge deverá substituir Maria do Carmo Romão no cargo de provedora da Santa Casa da Misericórdia.

Os ministérios da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade, que tutelam a Santa Casa, já indicaram o nome de Gertrudes Jorge, actual presidente da Comissão para o Mercado Social do Emprego e vice-

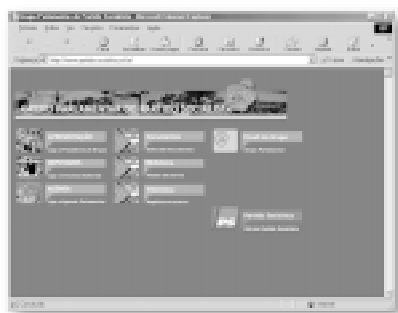
presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional, para suceder a Maria do Carmo Romão, que volta ao Parlamento, reocupando o seu lugar de deputada.

Maria do Carmo Romão esteve seis anos à frente dos destinos da Santa Casa, um dos períodos mais activos e dinâmicos da secular instituição.

VISITE-NOS NA NET



www.ps.pt



www.partido-socialista.pt/ar

PS/PORTO

COMISSÃO POLÍTICA DISTRITAL SOLIDÁRIA COM NARCISO



«Unida em torno do seu presidente», Narciso Miranda, a Comissão Política Distrital do PS/Porto está pronta para trabalhar no sentido de «preparar o futuro». Em comunicado, esta estrutura distrital do PS informa que na reunião da passada segunda-feira, Narciso Miranda «transmitiu a sua vontade pessoal de abandonar a liderança distrital do Partido de forma a permitir uma avaliação serena e profunda dos resultados eleitorais». Esta reacção surge após Nuno Cardoso ter considerado um «contra-senso» que os líderes concelhio e distrital do PS/Porto não

assumam as suas derrotas, acrescentando que caso não se demitisses, o Partido Socialista poderia ser «humilhado» nas próximas eleições, no distrito portuense. O autarca defendeu que os líderes do PS na Invicta deveriam seguir o exemplo de António Guterres, que deu «uma prova de grande dignidade e de grande homem da política». Neste contexto, a Comissão Distrital do PS/Porto decidiu apoiar o seu líder e ainda mandatou Narciso Miranda para «exercer influência no sentido de António Guterres se manter na liderança do PS e preparar o próximo combate eleitoral».

FRANÇA

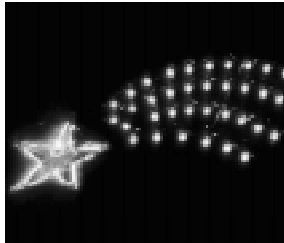
PS REBATE CRÍTICAS DO PSD

A Federação de França do Partido Socialista considera, num comunicado, que não existe uma redução no valor do apoio oficial às iniciativas promovidas pela comunidade portuguesa naquele país, em 2002, ao contrário do que o PSD de França andou a afirmar. «Pelo contrário, uma verba suplementar de 100.000 contos foi disponibilizada para responder a carências urgentes e imprevisíveis», referem os socialistas de França, que assim reagiam às atoardas lançadas pelo PSD de Paris. Os socialistas sublinham que «a reorganização interna ao MNE não só procurará maior racionalidade e eficiência, mas também avantejará a preponderância que cabe actualmente à comunidade portuguesa». Relativamente ao adiamento das eleições para o CCP, o PS de Paris recorda que se

tratou de uma decisão conjunta do secretário de Estado e do Conselho Permanente do CCP. «Pareceu-nos uma decisão certa, corajosa e plena de sensatez, que permitirá com a revisão da lei 48/96 que instituiu o Conselho dar maior credibilidade, mais seriedade e transparência a este órgão», referem. Relativamente a uma eventual perda de confiança do ministro Jaime Gama no seu Secretário de Estado das Comunidades, o PS de França frisa que «quando aparece uma divergência de apreciação não é hábito no PS «vergar a espinha». É como o PSD de Paris sempre o fez aquando da governação cavaquista». O comunicado socialista termina apelando aos emigrantes para que «tentem persuadir os seus familiares residentes em Portugal a votar nos candidatos autárquicos apresentados pelo Partido Socialista».



Abrantes



Gigantesca árvore de Natal

A exemplo de anos anteriores, a maior árvore de Natal da região, orgulho da Câmara e de todos os abrantinos, já está a funcionar. Com mais de 75 metros de altura, composta por 86.400 pequenas lâmpadas aplicadas em 2400 metros de tubo luminoso, esta gigantesca árvore, visível a mais de 25 quilómetros de distância, é um elemento de rara beleza que proporciona um cenário deslumbrante, e despertando a atenção de todos quantos passam por Abrantes nesta quadra natalícia.

Fafe



Município distribui 1200 bodos de Natal

A Câmara Municipal de Fafe está a proceder à tradicional distribuição de bodos de Natal pelas famílias carenciadas do concelho. Este ano são contempladas 1271 famílias das 36 freguesias, que recebem um pacote de alimentos em função da dimensão do agregado familiar.

Assim, agregados até seis pessoas recebem um bacalhau, um pacote de aletria, uma garrafa de azeite e um pão-de-ló, enquanto os agregados com mais de seis elementos recebem o dobro dos alimentos. De salientar que a autarquia procurou pautar esta distribuição por maior rigor no que concerne às famílias a beneficiar. Em devido tempo, os agregados familiares candidataram-se nos serviços sociais e apresentaram os comprovativos dos rendimentos, sendo em função da respectiva análise e com base em critérios mais rigorosos que a atribuição do bodo de Natal se está a processar.

Festa de Natal dos trabalhadores da Câmara

Entretanto, realiza-se hoje à noite, quinta-feira, a já tradicional Festa de Natal dos trabalhadores da Câmara Municipal. A confraternização tem lugar no polivalente da escola secundária e será animada pelo agrupamento musical Praxis.

Cheques-habitação para famílias carenciadas

No âmbito do programa municipal para melhoria da habitação de agregados familiares mais carenciados, a Câmara Municipal de Fafe procedeu à entrega de cheques a várias famílias de fracos recursos económicos.

O município, para além do apoio monetário, fornece. Como habitualmente, ajuda técnica aos beneficiários, bem como a isenção do pagamento das respectivas licenças.

Protocolo com a Orquestra do Norte

A Câmara Municipal de Fafe vai renovar o protocolo de colaboração que mantém com a Associação Norte Cultural – Orquestra do Norte com vista à temporada de 2002.

Ao abrigo do protocolo, a Orquestra do Norte garante a realização de cinco concertos e em contrapartida a autarquia assegura o financiamento no valor global de cinco mil contos.

Subsídio à Associação Recreativa de Travassos

Por proposta do presidente da Câmara, o Executivo fafense vai atribuir à Associação Cultural e Recreativa de Travassos um subsídio de 15 mil contos, para apoio à elaboração do projecto de construção de um novo lar de idosos, que pretende colmatar as insuficiências das actuais instalações.

Encontro de Coros de Música de Natal

A Câmara Municipal de Fafe volta a organizar o já tradicional Encontro de Coros de Música de Natal, que este ano decorre na Igreja Nova de S. José, no dia 21, pelas 21.30 horas. Os corais podem inscrever-se até ao dia 7 de Dezembro nesta iniciativa que já vai na sua 10ª edição.

Loulé

Autarquia distribui cabazes de Natal

A exemplo de anos anteriores, a Câmara Municipal de Loulé distribuiu cabazes de Natal a mais de dois mil agregados familiares de fracos recursos económicos.

As cerimónias de entrega destes cabazes, que decorreram de 4 a 14 de Dezembro, incluíram uma festa-convívio com animação musical e um lanche oferecido pela autarquia.

Mais um jardim público

O jardim de Almancil, «o maior jardim público do Algarve depois do 25 de Abril», segundo referiu o presidente da Câmara de Loulé, vai estar concluído dentro de cinco meses.

A ideia para este projecto de zona verde com uma área de 1,5 hectares - inserido no âmbito da política de recuperação urbana de Almancil - baseou-se na imagem tradicional do que se entende de um jardim, com elementos como o lago, as alamedas, os terreiros, os quiosques.

O parque infantil, a zona lúdica, o jardim da forma, a praça, o eixo principal e as zonas verdes de enquadramento constituem as principais áreas deste jardim, e que serão um convite para que as populações encontrem no local um agradável espaço de lazer.



Ovar



Nova ponte das Fontainhas

É mais uma grande obra da Câmara Municipal de Ovar para servir as populações e potenciar o desenvolvimento.

A nova ponte das Fontainhas, um investimento de 53.000 contos inteiramente suportado pela autarquia, liga o centro da vila de Válega aos populosos lugares de Candosa, Monte Candosa e Seixo.

Para o presidente da Câmara, Armando França, «esta obra pôs à prova a nossa capacidade de realização técnica, financeira, a nossa eficácia e vai resolver um difícil problema de comunicação de parte da população de Válega».

Portimão

Câmara atribui orçamento próprio a escolas do concelho

A Câmara de Portimão decidiu atribuir um

orçamento próprio funcionamento para os jardins-de-infância e escolas do 1º ciclo e do ensino básico do concelho para o ano lectivo de 2001/2002.

A deliberação do executivo camarário inclui as despesas de acção escolar social e funcionamento, num valor superior a 59.500 contos (119 milhões de euros), dos quais cerca de 47.700 contos (95.400 milhões de euros) se destinam a subsídios de refeição para alunos e funcionamento dos refeitórios escolares.

A restante verba (16.800 contos, 33.600 milhões de euros) distribui-se pelas rubricas de livros escolares, expediente de limpeza, material de desgaste e telefones.

As verbas, segundo a autarquia, satisfazem as necessidades de 13 escolas do 1º ciclo do ensino básico e igual número de jardins de infância, abrangendo mais de 2600 alunos, dos quais 30,9 por cento são crianças economicamente desfavorecidas. No que concerne ao valor atribuído para refeições, a Câmara de Portimão suporta e comparticipa o custo das 1525 refeições diárias, fornecidas em média a alunos de uma dezena de escolas do ensino básico e a 12 jardins-de-infância.

O montante atribuído, de acordo com a autarquia, foi calculada tendo em conta o número de alunos com menores recursos económicos, número de turmas, salas de aula e localização geográfica dos estabelecimentos de ensino.



Valença



Projecto na área social

A Câmara Municipal de Valença continua a sua política activa de apoio aos mais desfavorecidos. Neste âmbito, pretende prolongar, por mais dois anos, o projecto «Renovar Valença», que tem por objectivo dar resposta às muitas carências, na área social, que ainda existem no concelho. O projecto «Renovar Valença», uma parceria

AUTARQUIAS

da Câmara Municipal e da Santa Casa da Misericórdia, tem como áreas de intervenção o emprego e formação profissional, habitação, saúde, educação, animação sociocultural e acção social.

Mais e melhor iluminação pública

A autarquia está a proceder à instalação de mais postes de iluminação pública na zona nova de Valença.

No âmbito desta iniciativa, o município procedeu também à recuperação dos postes já existentes, sobretudo com nova pintura de forma a ficarem todos da mesma cor.

Vila Real de S. António



Câmara investe 270 mil contos na zona ribeirinha da cidade

A Câmara Municipal de Vila Real de Santo António vai recuperar a zona ribeirinha da

cidade parcialmente danificada pelos temporais do Inverno passado.

Trata-se de um investimento que, numa primeira fase, ronda os cerca de 270 mil contos (1,3 milhões de euros).

As obras, já adjudicadas, assentam sobretudo no arranjo da zona sul da avenida da República, entre o porto de recreio e o entroncamento da estrada para Monte Gordo.

Esta zona foi particularmente danificada pelos temporais que ocorreram no Inverno passado, que danificaram o piso da avenida e o jardim público que lhe fica próximo.

As obras, com início previsto para o próximo ano, vão incidir sobretudo no arranjo do piso e no alargamento da zona terraplanada junto ao rio Guadiana, o que permite o aumento do espaço ajardinado. A zona entre o limite sul do porto de recreio e o entroncamento com a estrada de Monte Gordo, com uma extensão de cerca de 560 metros, é actualmente um dos locais de expansão da cidade.

Ali, estão localizados vários empreendimentos de habitação, assim como diversos organismos e instituições como o conservatório de música, capitania do porto, polícia marítima e a Associação Naval do Guadiana.

Trata-se da primeira fase do projecto de requalificação da zona ribeirinha de Vila Real de Santo António que incluirá mais tarde uma intervenção no espaço entre a alfândega e a antiga lota, para onde está prevista uma zona de animação com bares e restaurantes.

Autárquicas 2001 Câmaras PS

Distrito de Viana do Castelo

Melgaço
Monção
Paredes de Coura
Vila Nova de Cerveira
Valença
Viana do Castelo

Distrito de Braga

Braga
Cabeceiras de Basto
Fafe
Póvoa do Lanhoso
Amares
Guimarães
Vieira do Minho
Vizela

Distrito de Vila Real

Alijó
Montalegre
Murça
Santa Marta de Penaguião
Peso da Régua

Distrito de Bragança

Torre de Moncorvo
Vila Flor
Vinhais

Distrito do Porto

Felgueiras
Matosinhos
Vila do Conde
Amarante
Lousada
Santo Tirso

Distrito de Viseu

Cintães
Mortágua
Resende
Santa Comba Dão
Vila Nova de Paiva
Lamego
Nelas
Tarouca

Distrito da Guarda

Seia
Guarda

Distrito de Aveiro

Sever do Vouga
Arouca
Espinho
Mealhada
Aveiro
Ovar

Distrito de Coimbra

Arganil
Condeixa a Nova
Lousã
Góis
Tábua

Distrito de Castelo Branco

Castelo Branco
Belmonte
Sertã
Idanha a Nova
Vila Velha de Rodão

Distrito de Leiria

Castanheira de Pera
Figueiró dos Vinhos
Marinha Grande
Peniche

Distrito de Santarém

Abrantes
Almeirim
Alpiarça
Cartaxo
Golegã
Santarém
Torres Novas
Coruche
Rio Maior
Vila Nova da Barquinha

Distrito de Portalegre

Arronches
Campo Maior
Elvas
Marvão
Ponte de Sôr
Crato
Gavião

Distrito de Lisboa

Loures
Lourinhã
Torres Vedras
Vila Franca de Xira
Odivelas
Alenquer
Amadora
Azambuja

Distrito de Setúbal

Alcochete
Barreiro
Grândola
Montijo
Sesimbra

Distrito de Évora

Borba
Alandroal
Évora
Portel
Reguengos de Monsaraz
Mourão

Distrito de Beja

Barrancos
Odemira
Vidigueira
Alvito
Cuba
Ferreira do Alentejo
Mértola

Distrito de Faro

Lagos
Olhão
Portimão
São Braz de Alportel
Vila Real de Santo António
Aljezur
Monchique

ASSINE
&
DIVULGUE

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

ACÇÃO
SOCIALISTA

NOVO ENDEREÇO

www.partido-socialista/acao

PERSPECTIVA

Manuel Alegre



A MAIOR VITÓRIA

«Este é tempo de partido, tempo de homens partidos, tempo de tomar partido». Obsessivamente vêm-me à memória fragmentos deste poema de Carlos Drummond de Andrade, o grande poeta brasileiro, em boa hora reeditado pela Dom Quixote. Li estes versos pela primeira vez quando estava preso, completamente isolado, numa cela da prisão da PIDE, em Luanda. Muitas vezes, em outras circunstâncias, do mais fundo do subconsciente, estes versos se me impõem como um ritmo, uma litania, quase uma oração. Talvez pela complexidade do próprio tempo. Tempo em que, na cidade de Lisboa, se volta a saber onde está a direita e onde está a esquerda. E em outras, a esquerda continua a bater-se contra a esquerda e em certos casos a direita contra a direita. Tempo de alguma clarificação. Mas sobretudo tempo de confusão ideológica, de promiscuidade, tempo em que a lógica do poder e dos interesses se sobrepõe frequentemente à ética das convicções. Tempo em que de novo estou na rua, numa batalha em que me aconselharam a não entrar por a considerarem previamente perdida. Mas quando é que a minha geração entrou em combates ganhos de antemão? Tempo em



que tenho dificuldade em explicar a uma jornalista que, na política e na vida, mais importante do que ganhar é saber ser fiel a si mesmo e às suas raízes. Tempo em que olho para o lado e vejo, com a mesma força de sempre, o meu companheiro de tantos combates, nunca nenhum deles previamente ganho. Tempo em que olho o rosto de Mário Soares nas ruas da Figueira e de Coimbra e sei que, independentemente dos resultados, todo o tempo é sempre tempo de tomar partido, todo o tempo é sempre tempo de combate. Então ocorrem-me outros versos de Sophia: «Porque os outros vão à sombra dos abrigos / e tu vais de mãos dadas com os perigos». Lembro-me de Francisco Sousa Tavares e de outros amigos e companheiros que travaram tantos combates desiguais. E volto a sentir a alegria e o prazer da política. Mesmo que me digam que esta batalha está perdida, repito para mim próprio o que tantas vezes ouvi a Mário Soares, Piteira Santos e Salgado Zenha: «Só é vencido quem desiste de lutar. E de repente deparo com Fernando Valle. Com os seus 101 anos está na rua, conosco. E sei que não há maior vitória do que esta: estar onde se deve estar, com os seus, pelos seus.

In «Expresso», 15-12-2001

AUTÁRQUICAS 2001

José Medeiros Ferreira



QUEM PERDE, GANHA?

As eleições autárquicas saldaram-se por uma expressiva derrota nacional do Partido Socialista. Esta é a única certeza delas. Falta pois apurar o principal: as causas e as consequências dessa derrota. A dimensão política voltou. Não haverá consenso sobre as causas, mesmo que se aponte o desgaste do governo como o principal. O mais difícil será descobrir as medidas responsáveis por esse desgaste entre os cidadãos que voltaram a acorrer às urnas. Como foi possível que um governo tão moderado, tão social-cristão, tão bem intencionado, tão atento às sondagens de opinião tenha desencadeado uma tal onda de insatisfação? E como foi possível que essa insatisfação tenha dado origem a uma viragem à direita do eleitorado como não acontecia desde 1991? As explicações gerais vão pois variar, ou seja, vamos assistir nos próximos tempos a uma discussão propriamente política sobre as necessidades e as expectativas da sociedade portuguesa. Sendo certo que nem sempre as expectativas de uma sociedade correspondem às suas necessidades. Essa discussão vai abraçar sobretudo o PS, que joga nela o seu futuro a médio prazo. Por este resultado eleitoral se verifica a gratuidade do último congresso em termos estratégicos e programáticos. Reside na capacidade de resposta do PS a esta derrota autárquica muito do seu futuro. Mas essa discussão terá também

muito a ver com a auto-avaliação da esquerda política e dos erros que tem cometido, ou das omissões por que é responsável. Desde um Partido Comunista paralisador a um Bloco de Esquerda com as tentações aparelhísticas desta campanha autárquica, tudo tem contribuído para minuar a influência da esquerda política na sociedade portuguesa. O termo auto-avaliação é aqui usado para contemplar as pessoas de esquerda que se empenham politicamente e não se quedam apenas pelo mundo da opinião. É também um apelo a que personalidades como Mário Mesquita, Eurico Figueiredo, António Barreto, Maria Belo, Villaverde Cabral, Boaventura Sousa Santos, Paulo Cunha e Silva, Filomena Mónica, desçam à arena do combate político pela esquerda abandonada. Basta o pedido de demissão do cargo de primeiro-ministro anunciado por António Guterres na própria noite das eleições autárquicas para prestar a estas a dimensão política nacional que adquiriram. O pedido de demissão de António Guterres poderá transformar esta derrota autárquica num mero episódio de uma teoria de vitórias do Partido Socialista desde as legislativas de 95 a 99 até às presidenciais de 96 a 2000. Enquanto os candidatos derrotados nas autárquicas pouco mais poderão fazer no imediato do que chamar a si pessoalmente as responsabilidades respectivas, já António

Guterres além de chamar a si clamorosamente essa mesma responsabilidade, guarda consigo algumas chaves para a necessária e conveniente solução da crise política aberta pelos resultados de 16 de Dezembro. Entre os que se consideraram derrotados é António Guterres aquele que mais depressa poderá recuperar.

O seu pedido de demissão tem todas as virtudes da arte da ofensiva: surpreendeu os adversários, emudeceu os críticos, colocou numa nova posição de combate. Fará dela o que entender.

Surpreendeu os adversários: bastou ver a reacção de Durão Barroso ao anúncio da demissão de António Guterres para só por isso se compreender a bondade do movimento executado pelo secretário-geral do PS. Aliás, Durão Barroso esteve mal em toda a noite eleitoral. Não fora a autoridade e a sensatez de Álvaro Barreto e o episódio dos votos de Marvila inquiriria a credibilidade do acto eleitoral, algo de precioso no nosso sistema democrático. Deu no entanto para perceber até que ponto poderão ir certas pessoas.

Emudeceu os críticos: as demissões têm o condão de transformar as críticas em elogios que nem sempre são póstumos. É verdade que Guterres falou ia alta a noite, mas falou na hora certa: antes do anúncio da derrota em Lisboa. Melhor era difícil.

Coloca Guterres numa nova posição de combate: agora o secretário-geral do PS é parte da solução e deixou de poder ser considerado o problema. Não há nenhuma resposta à crise política aberta que não passe pela sua colaboração.

Se Guterres não tivesse anunciado o seu pedido de demissão do cargo de primeiro-ministro ele sentir-se-ia num pântano entre um parlamento dividido a meio, uma opinião pública satisfeita consigo própria, e uma torrente de críticas de todos os lados. Agora só ele pode ajudar a encontrar uma solução para a crise, enquanto que a oposição, e nomeadamente, o PSD terá de se responsabilizar pelo aprofundamento da crise política.

É verdade que o gesto de António Guterres coloca o Presidente da República Jorge Sampaio perante o maior desafio institucional e político dos seus dois mandatos. Mas cada um deve fazer o que lhe compete. E como afirmou na última campanha eleitoral para a Presidência da República, Jorge Sampaio é um homem para todas as estações.

PS: Gostaria de felicitar publicamente dois candidatos do PS pela missão cívica que aceitaram protagonizar: Rui Bettencourt em Ponta Delgada e Jorge Strecht Ribeiro em Vila Nova de Gaia. Neles abraço todos os que estão dispostos ao bom combate

In «Diário de Notícias», 18-12-2001

PARA ONDE VAMOS?



A guerra no Afeganistão aproxima-se, inexoravelmente, do fim. O território está quase completamente ocupado. Os talibãs resistem ainda (pouco) no centro religioso de Kandahar mas, sem dúvida, por um tempo breve.

Em Bona, a oposição afegã chegou, laboriosamente, a um acordo frágil, que vale o que vale, donde resultou um governo provisório chefiado pelo comandante pastune Hamid Karzai, amigo do rei exilado em Itália, Mohammed Zaher, que procurou agrupar as diferentes etnias, irreconciliáveis e ávidas de poder. Até quando?

A incógnita subsiste, uma vez que nem os Estados Unidos nem as Nações Unidas se decidiram, até agora, a enviar tropas para permanecerem no território, na fase pós-talibã, assegurando, assim, a necessária estabilização político-militar. Que acontecerá quando partirem? Tanto no Afeganistão, terra devastada pelos bombardeamentos, como no Paquistão, um país agora em rebelião latente e bem perigosa. Mas a verdade é que a presença de tropas tem, necessariamente custos em vidas humanas e é isso, acima de tudo, que pretendem evitar, quer os Estados Unidos quer os seus aliados ocidentais. As coisas são o que são... Osama Bin Laden não foi ainda apanhado, é certo, embora se presume estar, com grande probabilidade, numa das cavernas fortificadas de Tora Bora, relativamente próximo de Jalalabade. Será uma questão de tempo e de engenho. Uma bomba «inteligente» — ao que nos informam — feriu (ou matou) o n.º 2 de Bin Laden, o médico cirurgião e estratega, egípcio, Ayman Al-Zawahiri, o que parece significar que o cerco se está a apertar de forma irreversível em volta da Al-Qaeda.

O Presidente Bush, cuja popularidade não pára de aumentar no seu país, adverte, contudo, de que a guerra sem quartel que desencadeou contra o terrorismo não vai terminar uma vez instalado o novo governo pós-talibã em Cabul. Vai prosseguir em várias direcções. Tanto no plano interno como no internacional, contra tudo o que cheire a terrorismo e às redes da Al-Qaeda disseminadas por diversos pontos do Globo. Os observadores políticos perguntam-se: qual será o próximo alvo? O Iraque? É bem possível: dos sete países suspeitos de albergar terroristas é agora o mais visado. O que terá custos pesados — estejamos para isso preparados — em todo o mundo árabe. Ou então os «suspeitos» internos, imigrantes muçulmanos nos Estados Unidos, acusados, com ou sem razão, de terem relações, directas ou indirectas, com as redes da Al-Qaeda, contra os quais se prepara uma legislação expeditiva, recorrendo a métodos de investigação que lembram práticas do mccarthismo, pondo em causa velhos direitos adquiridos e garantias individuais que constituem um dos fundamentos das liberdades americanas. Ficámos, contudo, sabendo que o célebre antrax não veio afinal das redes da Al-Qaeda,



como se suspeitava, mas de americanos marginais porventura de extrema-direita. Um caso sintomático que, por enquanto, está muito mal contado...

A propósito, o semanário «Jeune Afrique/L'Intelligent» publica, no último número, um artigo inquietante intitulado «Uma América que provoca medo...», no qual se descrevem as alterações legislativas em curso, nos Estados Unidos, para enfrentar o terrorismo. Mary Robinson, a prestigiada alta-comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, tem vindo, corajosamente, a multiplicar as prevenções contra os atentados aos direitos humanos, praticados por forças militares de governos que têm sido sempre defensores desses direitos — fazendo deles mesmo uma bandeira da sua política externa — e que agora os esquecem, quando julgam conví-lhes, criando inclusivamente jurisdições «ad hoc» e tribunais militares de excepção, para julgar os «suspeitos» de terrorismo, sem admissão de recurso. O «New York Times» publicou, igualmente, um artigo assinalável a esse respeito. É, ao que parece, a teoria de Donald Rumsfeld, o muito incisivo e directo secretário da Defesa dos Estados Unidos, apresentada quando respondeu, em conferência de imprensa, a uma pergunta sobre a sorte dos prisioneiros: «não estamos em condições de aceitar prisioneiros». «A bon entendeur»...

Enquanto isto, generaliza-se nos Estados Unidos o debate sobre o futuro e, em especial, sobre o papel dos próprios Estados Unidos no mundo, após o 11 de Setembro. É bom que assim seja. Muito mudou e está a mudar. Parece que o golpe humilhante e tremendo que sofreram, ao

verem atacados grandes centros do poder, fez desaparecer, na consciência dos americanos, a ideia que tinham do chamado «excepcionalismo americano». Em que consistia? Na ideia de que os Estados Unidos não eram um país como os outros e que podiam viver isolados da comunidade internacional. Ou seja: «a noção de que vivemos numa terra à parte onde podemos começar de novo o mundo, para utilizar uma frase emblemática de Tom Paine, que Ronald Reagan e outros presidentes gostavam de citar». Estas palavras — que transcrevi — foram extraídas do artigo de Michael Hirsh «The death of a founding myth», publicado no número especial da «Newsweek» (Dez. 2001-Fev. 2002).

Trata-se de um número dedicado ao próximo Fórum Económico Mundial, que desta vez terá lugar em Nova Iorque e não em Davos como era tradicional. Permite-me chamar a atenção dos leitores para a qualidade dos artigos reunidos no referido número da «Newsweek», de sentidos diversos mas, em alguns casos, complementares, entre os quais cito, a título exemplificativo: «The age of Muslim wars», do professor Samuel Huntington, o polémico autor de O Choque das Civilizações, que insiste na ideia, embora por forma mais problemática e subtil; «Their target: the modern world», de Francis Fukuyama, cujas teses do fim da História são bem conhecidas em Portugal e que agora considera, com excesso de optimismo, que a luta se trava entre a modernidade, a democracia e, do outro lado, aquilo a que chama «arabe-fascismo»; «It's all our fault», de Alan Wolfe, que analisa o pensamento de alguns intelectuais americanos, contra a corrente, como Cornel

West, Edward Said, Stanley Fish e Susan Sontag; ou a entrevista do embaixador americano nas Nações Unidas, John Negroponte, «A firm United Nations work plan»; além de outros textos bem interessantes.

A situação dos Estados Unidos — e, consequentemente, do mundo em geral — complica-se singularmente pelo surto da incrível espiral de violência que tem ensanguentado os territórios de Israel e da Autoridade Palestiniana. A paz negociada, que há um ano parecia estar ao alcance das duas comunidades, tem vindo a ser sistematicamente sabotada pelos extremismos de ambos os lados. Ariel Sharon, primeiro-ministro de Israel, é, desde o início do seu Governo, o «falcão» que nunca deixou de ser, um dos responsáveis principais da deterioração do diálogo interpartes, que agora surge como completamente bloqueado. Do lado palestiniano, a organização terrorista Hamas alimenta o mecanismo infernal da violência. Shimon Peres e Yasser Arafat, reconhecidos moderados, amigos da paz, de que qualquer deles é prémio Nobel, encontram-se sem espaço de manobra, numa defensiva penosíssima. Como vai acabar a tragédia israelo-palestina?

Ao proclamar a existência do Estado da Palestina, há escassas semanas, o Presidente Bush parecia ter enfim compreendido a importância da paz no Médio-Oriente, como meio de reforço da «grande coligação» e para esbater tantos ressentimentos e desconfianças islâmicas. Mudou, entretanto, de opinião, após a visita de Sharon a Washington, e ameaça agora Arafat, acusado por Israel de proteger os terroristas islâmicos. Podemos nós, ocidentais, fechar os olhos ao «terrorismo de Estado» em que se lançou abertamente o Governo de Israel? Essa é uma questão de fundo — atenção — que ameaça desestabilizar definitivamente todos os governos árabes moderados, a começar pelo egípcio, de Mubarak. Que fazer? Shimon Peres, grande homem de Estado e humanista, desesperado, ameaça demitir-se. Ora o que se pode estranhar é como conseguiu aguentar-se tanto tempo num tal Governo. Yasser Arafat, admirável resistente, no seu quase isolamento, poderá subsistir por muito mais tempo, atacado como está a ser por todos os lados?

Abre-se, assim, uma ocasião privilegiada para a União Europeia tomar posição firme — ao lado dos Estados Unidos, mas com a sua própria visão das realidades — no sentido de salvar a paz no Médio-Oriente, retomando o diálogo e, ao mesmo tempo, reforçar a «grande coligação antiterrorista» e o mundo muçulmano moderado. Se assim não for, para onde caminhamos? Seguramente para uma política de força pela força, em todos os azimutes, que não augura nada de bom para o mundo de justiça, de valores e de paz em que desejamos viver.

in «Expresso», 08-12-2001



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Palhaços em Abrantes

Hoje, a Orquestra das Beiras, o Coro e alguns solistas darão um concerto natalício, no Cine-Teatro São Pedro, pelas 21 e 30. Às 15 e 30 de amanhã leve os seus filhos à actuação do ventríloquo Zebat e, à mesma hora, no sábado, à apresentação do palhaço manipulador de balões. O mimo saxofonista fará um espectáculo, na próxima segunda-feira, ainda às 15 e 30, encerrando, com muito humor, o programa de Natal da autarquia.

Desporto em Albufeira

O Campeonato de Surf e Bodyboard acontece este fim-de-semana (dias 22 e 23, numa iniciativa do Clube de Pesca e Náutica Desportiva de Albufeira.

Velharias em Coimbra

Amanhã estreia, na sala de cinema do Centro Comercial Girassolium, o filme «O Senhor dos Anéis». Também amanhã prosseguem, entre as 23 horas e as 4 da madrugada, as «Sextas Latinas», no Scotch Club. A Feira das Velharias volta à Praça do Comércio, este sábado, dia 22, a partir das 9, prolongando-se até às 19 horas.

Coros em Fafe

O X Encontro de Coros de Música de Natal acontece, amanhã, sexta-feira, pelas 21 e 30, na Igreja Nova de São José.

Concertos de Natal na Guarda

O Inatel realiza a partir de amanhã e até 5 de Janeiro um programa de concertos de Natal no distrito em colaboração com grupos corais distritais, associações e autarquias locais. A iniciativa começa em Paranhos da Beira (Seia) prosseguindo em Coriscada (Meda), Figueira de Castelo Rodrigo, Freixo (Almeida), Vila Franca das Neves (Trancoso), Aldeia do Bispo (Guarda), Almeida, Escalhão (Figueira de Castelo Rodrigo) e Nespereira (Gouveia). Participam os Orfeões de Gouveia, Nespereira e Guarda, Coral «Monumenta» de Moimenta da Serra, Grupos Corais Polifónico de Vilar Formoso, Manteigas e Sabugal e Coro Etnográfico de Almeida.

Xadrez em Guimarães

«O Senhor dos Anéis» é o filme que o Cinema São Mamede exhibe a partir de amanhã e até ao fim do mês. O I Open de Xadrez realiza-se, este sábado, dia 22, às 14 horas, nas instalações do jornal «Povo de Guimarães». No auditório da Universidade do Minho poderá ver «Sozinhas», no dia 27, às 21 e 45.

Ópera em Lisboa

O Teatro Nacional São Carlos acolhe, nos dias 21, 23, 26, 28 e 30, a partir das 16 e/ou 20 horas, a ópera «Falstaff», um espectáculo de Verdi dirigido por Michael Zilm. «O Senhor dos Anéis», de Peter Jackson e «Jogo de Espiões», de Tony Scott são as fitas estreadas amanhã, nas salas de cinema da capital. No dia 28 será altura de ver «A Maldição do Escorpião de Jade», de Woody Allen; «One Hour Photo», de Mark Romanek e «Zoolander», de Bem Stilller. A pintura, uma outra faceta de Alfredo Keil, que se notabilizou por ser o autor do hino nacional, é dada a conhecer, na Galeria D. Luís. São cerca de 220 telas que mostram um Keil que pintou de forma diferente dos seus contemporâneos, mas de inquestionável qualidade. A mostra, inaugurada pelo ministro da Cultura, Augusto Santos Silva, estará patente ao público até 31 de Março na galeria do Palácio da Ajuda.

Atletismo na Lousã

O livro «Íntima Idade», de Carlos Carranca, é apresentado amanhã, às 21 e 30, na Livraria-Papelaria Magro, por António Arnaut. A XIV Prova de Atletismo São Silvestre 2001 realiza-se no próximo dia 22 (sábado), pelas 22 horas, com concentração junto dos Bombeiros Municipais.

Pintura em Paredes de Coura

Este fim-de-semana o Centro Cultural exhibe a mais recente realização de John Carpenter,

«Fantasmas de Marte». «Entre Gigantes» é a película assinada Sam Miller, a exibir, no mesmo local, dia 28 de Dezembro, às 21 e 30. Até ao dia 31, o Centro tem patente a exposição de pintura de Henrique do Vale, intitulada «À Volta da Quinta».

Fotos em Portimão

Hoje, às 21 e 30, a Igreja Matriz será palco de um concerto de Natal. A mostra de fotografia «Olhares», de Eduardo Gageiro estará patente ao público, até Janeiro de 2002, no Museu Municipal (antiga Fábrica Feu).

Melodias no Porto

Depois da estreia mundial em Roterdão, as «Melodias Estranhas», de António Chagas Rosa e Gerrit Komrij, chegam à Invicta para três espectáculos no Teatro Rivoli, hoje, sábado e domingo. Até domingo, os transeuntes do Porto «arriscam-se» a ser surpreendidos com as «Cenas Invisíveis de Natal», pequenos espectáculos em lugares e ambientes inesperados, semelhantes aos que a Porto 2001, SA apresentou no Verão.

Festa em Vila Real de Santo António

A Festa de Natal da Câmara Municipal acontece este sábado, dia 22, no Centro Cultural António Aleixo. A exposição bibliográfica «Agostinho da Silva» está aberta ao público, até ao fim do mês, no Centro de Documentação e Informação.

SUGESTÃO

Romeu e Julieta

A história de «Romeu e Julieta» está consagrada na notável e famosa peça homónima assinada pelo dramaturgo inglês William Shakespeare e datada do século XVI. Na época contemporânea, «Romeu e Julieta» tem sido coreografado repetidamente com base na partitura de Serguei Prokofiev, mas também com as de Tchaikovsky, Berlioz e Delius. A versão que a Companhia Nacional de Bailado (CNB) apresentará, de 21 a 30 de Dezembro, às 16 horas e às 20 e 30, no grande auditório do Centro Cultural de Belém, tem coreografia de John Cranko, música de Prokofiev, direcção artística de Marck Yonkers e argumento também de Cranko (a partir de Shakespeare). Com cenários de João Mendes Ribeiro, guarda-roupa de António Lagarto e desenho de Luz de Paulo Graça, a CNB apresenta em Portugal a trágica história dos amantes de Verona, dos ódios entre Montéquios e Capuletos e dos olhares de Rosalina e Romeu, Julieta e Páris. São aproximadamente três horas e 20 minutos de lirismo apaixonado, com dois intervalos e acompanhamento musical da Orquestra do Norte. A não perder!



POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca

Não te quero enganar:
sou do tal país
que não vem
nos mapas.

Sou do lugar
exacto
das ciências
que não
são exactas.

Por isso
procura-me no orvalho
perdido das manhãs,
no lugar
sentido
que não vem nos mapas.

Carlos Carranca
In «Íntima Idade», Editorial Moura
Pinto, 2001





REFLEXÃO E SERENIDADE (2)

As eleições locais deste ano teriam obviamente consequências nacionais.

Todo o processo eleitoral se desenrolou tendo em conta este espírito e esta inevitabilidade.

As consequências políticas que surgiram logo após o conhecimento dos resultados não podem pois surpreender ninguém.

O processo eleitoral e o seu desenvolvimento foi, contudo, complexo e susceptível de análises e interpretações cruzadas.

Nalguns casos ficou claro o propósito de renovação de confiança dos eleitores nos eleitos, noutras casos houve um claro propósito de penalização dos instalados e consequentemente um desejo de renovação.

Em certas circunstâncias verificou-se, com capacidade inteligência e discricção, um julgamento implacável sobre processos erroneamente conduzidos e escolhas despropositadas e incorrectas, noutras circunstâncias surgiram resultados, interpretados como grandes viragens, mas que dependeram de acasos e coincidências. Estas situações afectaram negativa e positivamente todos os partidos.

Só que no essencial e, para este efeito, o essencial é o resultado junto do eleitorado urbano (que não sendo, necessariamente, o mais esclarecido é o que está mais sujeito à pressão dos meios de comunicação social), o comportamento dos eleitores orientou-se, claramente, no sentido de

penalizar o Governo e o Partido Socialista. Não há que escamotear este facto e escamoteá-lo é, em si mesmo, um contributo para que uma situação politicamente delicada se transforme num problema insolúvel.

A atitude de António Guterres – ao demitir-se de Primeiro-Ministro – teve naturalmente em conta esta avaliação e, enquanto reacção contra o progressivo apodrecimento da situação política, esteve inteiramente correcta.

Terá sido contudo equilibrada e proporcional essa atitude tendo em conta as vantagens e os inconvenientes que dela inevitavelmente resultarão?

Durante esta semana, as principais dificuldades que os eurodeputados portugueses sentiram em Bruxelas, foi a de terem que explicar, sem convencerem, a situação política em Portugal e muito especialmente a atitude de António Guterres. A maioria conhece e admira o nosso Primeiro-Ministro.

Tem-no na conta de um líder respeitado e competente no quadro europeu e eficaz e desejado no âmbito nacional. Daí a estupefacção, que eu próprio partilho e não compreendo, no quadro estrito da análise que devo fazer, tendo em conta apenas os resultados das eleições locais, mas sobretudo tendo em vista a prevalência do interesse nacional.

Ninguém tem todos os dados para avaliar e considerar decisões pessoais e não é inteiramente correcto julgar esse tipo de

decisões, mas condicionada pelo interesse das causas que se abraçam e pela solidariedade devida aos que se mobilizam em nome dessas causas.

Escrevi neste jornal em 6 de Dezembro p.p. que se tornaria "indispensável, depois de 16 de Dezembro proceder a uma profunda e serena reflexão, sobre a qualidade das nossas políticas e a forma de relacionamento com o nosso eleitorado e com o País".

Independentemente dos resultados e, porventura, com mais razão em circunstâncias eleitoralmente mais favoráveis.

Para esta reflexão era e é indispensável o contributo de António Guterres. Não me junto ao coro dos que se mobilizam em abaixo assinados e manifestações políticas (onde é que já vi isto?) que mais não são do que formas indevidas de pressão e condicionamento.

Certificada, como parece já, a irreversibilidade da opção tomada pelo Primeiro-Ministro adivinho agora que esses movimentos, e sobretudo os seus mentores, se orientem e colem oportunisticamente às opções que julguem com maior capacidade de sucesso, mesmo que representem o contrário do que aquilo que até agora vinham defendendo.

Estou genuinamente solidário, no plano pessoal, com António Guterres, de quem sou amigo há muitos e bons anos.

Sou mesmo capaz de o compreender, mas estou certo que ele próprio não deixará de reflectir sobre os erros cometidos, nomeadamente na avaliação de pessoas e na concessão de créditos de lealdade.

O António Guterres tem ainda uma longa e profícua carreira política ao seu alcance.

Como já disse é respeitado e desejado na Europa e não lhe faltam apoios em Portugal. Não é hoje o Presidente da Comissão Europeia apenas porque, na altura devida, pôs o interesse nacional acima do seu próprio interesse.

O PS não pode esquecer isto, nem sequer minimizá-lo.

Desde 1995 que a governação do país melhora e melhorou para muito melhor.

No plano do relacionamento com a sociedade mas também nos domínios da economia e da justiça social.

Devemos orgulhar-nos do que foi possível construir e tudo fazer para continuar e aprofundar esse projecto.

Os eleitorados nunca se enganam a médio prazo; cometem erros a curto prazo, mas rapidamente os corrigem e o equilíbrio é reconquistado.

Com danos, com prejuízos e, sobretudo, com paralisações mas de forma determinada e eficaz.

Não há razões para que em Portugal e neste contexto, não venha a suceder o mesmo.

*Deputado ao Parlamento Europeu

«Importa saber olhar para a realidade e encará-la com toda a lucidez»

António Guterres

Largo do Rato, 16 de Dezembro

«Ao tomar a decisão que tomo assumo a responsabilidade do PS ter um resultado que, não sendo um desastre, é claramente inferior ao desejado»

Idem, ibidem

«Sinto-me triste porque o PS não ganhou as eleições»

Jorge Coelho

RTP, 16 de Dezembro

«O meu apoio ao meu filho tem um significado pessoal, mas também, obviamente, um significado político. Eu sou um homem de esquerda»

Mário Soares

«Focus», 13 de Dezembro

ACÇÃO SOCIALISTA

Como é habitual nesta quadra, o «Acção Socialista» suspende a sua actividade, regressando no dia 10 de Janeiro de 2002 com novo grafismo.

O «AS» deseja aos seus leitores Boas-Festas.



Ficha Técnica

Acção Socialista

Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista

Director

António José Seguro

Director-adjunto

Silvino Gomes da Silva silvino@partido-socialista.pt

Coordenador Administrativo e Financeiro

José Manuel Viegas

Redacção

J.C. Castelo Branco castelobranco@partido-socialista.pt

Mary Rodrigues mary@partido-socialista.pt

Secretariado

Sandra Anjos sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica

Francisco Sandoval fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica

Joaquim Soares

José Raimundo

Francisco Sandoval

Redacção

Avenida das Descobertas 17

Restelo - 1400-091 Lisboa

Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Administração e Expedição

Avenida das Descobertas 17

Restelo - 1400-091 Lisboa

Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal Nº 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA

Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e

Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua

Táscova 4º, Massamá, 2745 Queluz

